

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE HISTÓRIA**

LARISSA CRISTINA BATISTA

**TRADIÇÃO E LIBERDADE: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PÓS
ABOLIÇÃO NO GAZETA DE UBERABA, 1888-1894**

ITUIUTABA (MG)

2022

LARISSA CRISTINA BATISTA

**TRADIÇÃO E LIBERDADE: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PÓS
ABOLIÇÃO EM UBERABA-MG, 1888-1894**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela e licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo
Moreira de Araújo

ITUIUTABA (MG)

2022

LARISSA CRISTINA BATISTA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo
(Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profa. Dra. Geovanna de Lourdes Alves Ramos
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

ITUIUTABA
2022

**Ao meu pai (*in memoriam*) que me ensinou a
ver a calma no caos, nós conseguimos pai!**

AGRADECIMENTOS

Me deter a poucas páginas e agradecer a todos que contribuíram para a minha caminhada é muito difícil, principalmente em tempos tão sombrios devido a pandemia e vários outros fatores que dificultaram ainda mais esses últimos dois anos. Entretanto, é de extrema felicidade dedicar um tempo e ser grata as pessoas e atitudes que me fizeram chegar até aqui.

Primeiramente gostaria de agradecer ao Laboratório de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Identidade (LAPAMI), que mesmo durante a pandemia e as restrições que não me deixaram ir até as fontes, disponibilizou a fonte digitalizada, o que me permitiu fazer toda a pesquisa de forma remota, além de toda a estrutura técnica e apoio durante todo o processo construtivo.

Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia, e aos governos anteriores por investirem em programas educacionais como o Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e ao Residência Pedagógica que me permitiram tornar uma professora pesquisadora e agradeço também as escolas que se dispuseram a aceitar esses programas que são tão caros a educação brasileira.

Agradeço, em especial, a professora Lourdes Gouveia, que me acompanhou durante todos os meus anos de pibidiana e residente, e que me ensinou a ser mais paciente e resiliente com todos que cruzaram meu caminho durante todas as aulas.

Agradeço imensamente ao professor Carlos Eduardo que foi tão paciente, compreensivo e que me ajudou a controlar todas as crises durante a escrita desse trabalho. Você foi muito importante desde o momento que entrou de forma recorrente na minha trajetória acadêmica, muito obrigada.

Agradeço a minha mãe Andreia, por todas as vezes que foi firme comigo e por não me deixar desistir, por vibrar em cada conquista, mesmo que fosse mínima, muito obrigada por ser inspiração e por ser essa força da natureza.

Agradeço a minha irmã, Ana Luiza por sempre ter sido a melhor irmã que eu poderia ter, por vibrar e por me apoiar em tudo que eu faço e por me aceitar de uma forma que poucos aceitam.

Ao meu pai Márcio, que mesmo não estando presente fisicamente, sei que está comigo em todas as coisas que eu faço e que as que ainda eu vou fazer. Pai muito obrigada

por ter sido tão forte, por me apoiar emocional e financeiramente durante todos esses anos, sinto sua falta imensamente

Agradeço ao meu grande amigo Miguel, que esteve comigo durante toda a minha caminhada acadêmica. Agradeço todas as risadas, resenhas e perrengues, pois até eles me ensinaram bastante sobre muitas coisas, então obrigada Miguel por me aceitar e por me fazer entender mais sobre mim.

Agradeço também a Victoria, por todo o tempo que esteve comigo, por todas as idas ao bebedouro perto do RU, e por todas as vezes que você foi meu apoio em diversas crises de ansiedade e por sempre dizer que ia ficar tudo bem.

Agradeço a Camila, por todos os anos que dividimos a casa, muito obrigada por ser tão presente e se fazer presente, e por ser essa irmã mais velha que eu tive o prazer de ganhar

Agradeço as minhas amigadas de quase 20 anos, Bruna e Paula, que sempre me apoiaram em todas as decisões e que foram as maiores incentivadoras, quando me mudei pra Ituiutaba, obrigada por se fazerem presentes, por todo companheirismo e dedicação, muito obrigada.

A Jullienne que entrou na minha vida e deu um giro de 180°, muito obrigada pelo companheirismo, a paciência e ao amor que sempre demonstrou comigo, você foi a minha base nos momentos mais sombrios e sem você esse trabalho com toda certeza não teria saído.

Agradeço aos professores do curso de História, por contribuírem e por me auxiliarem durante toda a minha caminhada acadêmica.

Agradeço a professora Geovanna, por aceitar o convite e fazer parte da minha banca, mas para além disso, por ser tão dedicada e carinhosa enquanto professora, muito obrigada por todos os ensinamentos.

Agradeço, também ao professor Astrogildo, por ser meu primeiro orientador por aceitar fazer parte da minha banca e por todos os anos de dedicação enquanto ainda estava no Pontal, foram tantos ensinamentos que não conseguiria mensurar nessas páginas.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte desse trabalho direta ou indiretamente, somente gratidão.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explorar as relações de trabalho e analisar o fim do trabalho escravo e o trabalho livre no imediato pós abolição na cidade de Uberaba, Minas Gerais, entre os anos de 1888 e 1894, através do jornal *Gazeta de Uberaba*. Observamos como se davam as relações de trabalho entre os libertos e o impacto da libertação no ofício braçal no sertão oeste mineiro. Evidenciar como após a Lei Áurea os sujeitos se comportaram diante da liberdade, se mantiveram os vínculos com seus antigos senhores ou se preferiram buscar novas oportunidades, visto que agora poderiam escolher onde trabalhar, quanto receber, e a carga horária de trabalho. O *Gazeta de Uberaba* tinha grande circulação na época e se mostrava bastante conservador quando se tratava da questão da abolição, visto que em alguns momentos, até a culpava pela falta de trabalhadores nas lavouras. A construção metodológica do trabalho deu-se pelo levantamento da historiografia do período e a leitura das edições do jornal, em conjunto com os autores que discutem as relações de trabalho na cidade mineira. A partir das informações obtidas nas fontes foi possível alcançar reflexões sobre como algumas questões primordiais foram ocultadas no periódico, de como os libertos não foram representados como trabalhadores e sim como arruaceiros que atrasavam o desenvolvimento da cidade.

Palavras-chave: *Gazeta de Uberaba*, Libertos, Pós abolição, Trabalho.

LISTA DE FONTES

- 1) *Gazeta de Uberaba* (1888 – 1894)
- 2) *Atas da Câmara Municipal de Uberaba* (1889)

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1: Abolição e Pós abolição: diálogos com a historiografia.	15
1.1 Política, sociedade e escravidão em Uberaba	19
Capítulo 2: A imprensa em Uberaba no século XIX.	27
2.1: A imprensa em Uberaba	32
Capítulo 3: As relações de trabalho no pós abolição uberabense no século XIX. .	38
Considerações Finais.	51
Referências Bibliográficas	55

Introdução

O objetivo desse TCC é fazer uma análise das relações de trabalho no pós-abolição na cidade de Uberaba, Minas Gerais entre 1888 e 1894. A fonte utilizada para tal análise é o periódico *Gazeta de Uberaba*. Nas últimas décadas a produção acadêmica sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil passou por grandes mudanças e adensamento das discussões. Houve a multiplicação dos temas ligados ao mundo do trabalho.

Antes de adentrar mais a fundo no tema do trabalho, gostaria de registrar os caminhos que me levaram a elaboração desta pesquisa. Quando iniciei a graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2016, no campus Pontal, a temática que mais tarde seria o centro da minha pesquisa ainda não havia sido discutida nas disciplinas. Em 2017, quando iniciei o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID, me deparei com a temática de cultura africana e afro-brasileira. Durante a minha permanência no programa realizei trabalhos que aprofundaram o meu olhar para essa temática, apoiada nas reflexões propostas em “A construção de uma identidade: representações do negro no livro didático” (2009). Nesta dissertação tive contato com indagações de como se dá a construção da identidade do sujeito negro, indagações que me levaram a pensar como essa construção é realizada pela escola, se a escola reforça o padrão que é estabelecido pela sociedade, ou se ela simplesmente não discute essa temática. E de como o silenciamento da cultura africana e afro-brasileira ainda é presente na sociedade que subjuga essa cultura e coloca a cultura europeia como a cultura superior.

Para além dos trabalhos acadêmicos com foco nesse tema, podemos ressaltar que a virada na história dos trabalhadores aconteceu quando E. P. Thompson em a “Formação da Classe Operária” (1987) colocou a história dos trabalhadores em primeiro plano. A partir desses escritos, o campo da história social passou a redirecionar o olhar para as ações que vinham destes grupos, analisando os embates com as classes dominantes e as suas concepções de mundo.

Os escritos de Thompson influenciaram a produção historiográfica voltada para os estudos sobre a escravidão negra no Brasil a partir da década de 1980. Silvia Lara em “Blowin' in The Wind": Thompson e a Experiência Negra no Brasil” (1995) aponta que as pesquisas voltaram-se para o cotidiano, costumes e resistências dos trabalhadores negros. A experiência de homens e mulheres escravizados e as relações entre os seus

companheiros de cativeiro, assim como a relação entre os senhores e seus cativos foram analisadas por diversos ângulos.

Do mesmo modo que a complexidade aos poucos foi tomando conta dos estudos que tinham como tema central o trabalho, os estudos que tratavam da liberdade avançavam no mesmo sentido. As novas pesquisas contribuíram para ampliar as problemáticas que envolveram o trabalho escravo e o trabalho livre em fins do século XIX. A experiência da liberdade para os ex-cativos tornou-se importante objeto para várias investigações posteriores, dentre elas, podemos citar “Ao sul da História” (2009), da historiadora Hebe Mattos.

As relações entre escravidão e liberdade começaram a ser investigadas com mais cuidado e pesquisas recentes têm demonstrado que, rastreando fontes diversas, é possível acompanhar a trajetória de libertos e ex-escravos¹, verificando o quanto os laços de solidariedade (entre companheiros de um mesmo plantel, familiares ou de linhagem, entre outros) bem como práticas econômicas e sociais, construídas no período do cativeiro, foram revividas e preservadas na liberdade.

Após apresentar um pequeno apanhado sobre os estudos que tem o tema trabalho como foco principal acho necessário fazer um contexto geral sobre os elementos que constituem a formação da identidade nacional brasileira, desde a chegada da família real (1808), passando pela criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e o seu concurso para a descoberta da identidade nacional e como as ideias que foram apresentadas pelos estudiosos daquela época ainda estão presentes atualmente. Lembrando que este não é o tema central desta discussão, entretanto é um tema que se faz necessário para entender todo o contexto em que foram criadas as bases da escravidão brasileira.

Com o intuito de legitimar ainda mais seu poderio, o Estado Imperial criou em 1838 o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) com o objetivo de fazer com que os indivíduos se identificassem como uma só nação e para a construção da identidade nacional (GUIMARÃES, 1988). Baseado no Instituto de História de Paris, o IHGB tinha

¹ Estamos atentos a atual substituição do termo “escravo” pela expressão “escravizado” como forma de desnaturalizar o processo de escravização e assim não reforçar a ideia da condição permanente dos sujeitos escravizados, entretanto, não estamos certos de que a mera substituição das palavras seja suficiente para dar conta da complexidade das relações de exploração, trabalho e dominação exercidas pelos escravizadores. Temos como referência o conceito de “agência” a partir de E. P. Thompson (1981; 1987) e por isso utilizaremos os dois termos “escravo” e “escravizado” ao longo do trabalho de acordo com as fontes utilizadas e o diálogo com a historiografia selecionada.

como função principal a elaboração de um projeto de história oficial do Estado, que trouxesse para além da escrita da história, o sentimento de pertencimento e o cerne da construção da identidade nacional.

Com o intuito de promover a escrita da história oficial, logo nos primeiros anos de sua criação o IHGB promove um concurso, no qual deveria ser proposto as diretrizes para a escrita da história, ou seja, o concurso propunha a escrita de um manual de como se deveria escrever a história do Brasil e esse manual deveria servir como base para as escritas posteriores. Era imprescindível que o Brasil escolhesse sob qual modelo racial iria se construir a sua identidade, pois o processo de constituição da nação era pautado na relação das três “raças”, branco, negro e indígena. O manual buscava identificar qual a contribuição dessas “raças” para a formação da identidade nacional. Esse concurso que buscava as diretrizes e métodos para a construção da identidade nacional e da escrita da história, teve como vencedor Karl Friedrich Philipp von Martius que teve seu ensaio premiado e publicado em 1845. No ensaio, Martius propunha que a história do Brasil deveria exaltar as belezas, as riquezas naturais que o Brasil possuía e as diversas culturas e povos que aqui habitavam.

Manoel Luiz Salgado Guimarães no seu texto "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional" (1988), aponta como Martius dedica poucas páginas à participação dos africanos que ele denominava como “etiópica” na construção da identidade nacional. A falta de páginas dedicadas aos negros é um reflexo da sociedade escravocrata em que Martius estava inserido, onde não havia a intenção de construir e rememorar a história étnica e muito menos incluir traços dos africanos na construção da identidade nacional. Para Martius, o negro era a parte inferior das três raças, por isso devia ser menos estudado que os indígenas e os portugueses. Para além destas questões, Martius lança uma pergunta que se torna principal no seu ensaio “Como seria o Brasil sem a presença dos negros?”. Ele não responde à pergunta proposta no seu ensaio, porém Francisco Adolfo de Varnhagen, o faz em 1854.

A grande missão do IHGB é a construção da identidade nacional que valorizasse o Estado Imperial e estimular um sentimento de nacionalismo até então inexistente na população brasileira. O estudo promovido por Martius é o cerne desse nacionalismo que começava a despontar na nação e acredito que seja um dos motivos para que ele fosse o grande vencedor do concurso do IHGB. Para além da questão nacional, o estudo contribuiu para legitimar o poderio da “raça” europeia sobre as demais “raças”, tornando

o negro a escória da sociedade chegando até mesmo a questionar se o Brasil não seria melhor sem a inserção deles na sociedade. O negro foi o culpado pelo atraso e a deterioração das demais raças que compunham a sociedade brasileira.

José Carlos Reis (2007) nos apresenta a perspectiva de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre a colonização e as três raças que aqui estavam presentes. Assim como o estudo de Martius, Varnhagen dedica poucas páginas para analisar a participação do negro na construção da identidade nacional, sempre menosprezando a sua presença e vendo como algo que diminuiria o Brasil. Varnhagen destaca o negro somente como a força de trabalho que ajudou na construção da sociedade. O autor aponta também que o negro que foi trazido para a colônia teve a sorte de ser tirado da barbárie em que seu país de origem se encontrava, para serem apresentados a verdadeira civilização.

Varnhagen destaca ainda que a escravização pela qual o Brasil passou foi injusta e chegava a ser um insulto à humanidade dos povos africanos, mas ainda sendo um grande crítico da escravização, o autor fala da influência dos negros e de seus costumes que ele considera como costumes pervertidos. É mais uma vez o autor degrada a “raça” negra em detrimento da “raça” branca. Varnhagen no seu elogio a obra de Martius se propõe a responder à pergunta deixada anteriormente, “Como seria o Brasil sem a presença dos negros” e para ele, sem dúvida alguma, a introdução do negro como força de trabalho escravizado foi prejudicial para a nação brasileira e que o indígena deveria ter cumprido este papel.

A análise feita por Reis (2007) da concepção de Varnhagen é quase idêntica ao estudo realizado por Martius, colocando o negro como figura secundária no processo de construção da identidade nacional e fazia forte oposição a escravização e era totalmente contra a vinda do negro escravizado para o Brasil. Vale ressaltar, também, que a história feita por Varnhagen, a exemplo de Martius é uma história contada a partir dos colonizadores, ou seja, eles veem a história do Brasil do oceano para o continente e não do continente para o oceano o que deixa a história como uma continuidade de Portugal sem haver a ruptura necessária para que a história seja contada.

A discussão sobre a “raça” foi um tema latente na historiografia dos séculos XIX e XX, como apresentado acima a criação do IHGB e seu concurso e depois a releitura feita por Varnhagen foram essenciais para entendermos o que representava o negro na sociedade brasileira. Lilia Moritz Schwartz (1993) faz um debate intenso sobre o que foram as discussões sobre a “raça” e de como ao longo de alguns anos estes conceitos

foram ressignificados e foram apropriados para que se encaixasse nos estudos que foram feitos posteriormente.

Schwartz trata de duas grandes visões que se propunham a estudar a origem do homem, a visão monogenista e a visão poligenista. A visão monogenista era pautada na igreja católica e nos ensinamentos passados pela bíblia que o homem descendia de um ancestral único e que a perfectibilidade humana estava em seguir os padrões deste ancestral. Já a visão poligenista ia de encontro com a visão monogenista, muito influenciada por seu viés religioso e por ser pautada na ciência e nas leis biológicas que regem a evolução da espécie humana. A autora aponta que estas visões foram distorcidas no Brasil, e sua apropriação nada mais é do que uma justificativa para legitimar o poder da hierarquia das raças, porém ao mesmo tempo que legitimava o poderio branco, as visões serviram para que a viabilidade de uma nação mestiça fosse aceita por todos.

Por fim é necessário destacar que tais questões apontadas por Schwartz relacionam-se diretamente com o contexto do pós abolição. Os trabalhadores negros foram, de diversas formas, perdendo espaço para os trabalhadores estrangeiros e brancos. Ainda segundo a autora o Brasil foi entendido e explicado através do conceito da raça e não a partir de conceitos políticos e sociais, mudando seu eixo somente no ano de 1930.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado “Abolição e Pós abolição: diálogos com a historiografia”, apresenta ao leitor um balanço historiográfico dos caminhos que culminaram na abolição da escravidão e um panorama de como estava a sociedade brasileira após o anúncio da Lei Áurea.

O segundo capítulo intitulado “A imprensa em Uberaba no século XIX”, apresenta a imprensa e o periódico *Gazeta de Uberaba*, que promovia ou evitava certos assuntos em suas matérias.

O terceiro e último capítulo intitulado “As relações de trabalho no pós abolição uberabense no século XIX”, traz a análise da fonte por meio de reportagens extraídas do *Gazeta de Uberaba*, a fim de compreender como estavam as relações de trabalho naquele período.

Por fim, convido os leitores a embarcar comigo nesta jornada de conhecimento analítico de uma fonte que ainda não possui tantos estudos acadêmicos. E vale a pena ressaltar, mais uma vez, que este trabalho é fruto de grande esforço e foi todo realizado durante a pandemia do COVID-19, em meio a tantas perdas mundiais e, no meu caso, pessoais.

Capítulo I

Abolição e Pós abolição: diálogos com a historiografia

A cidade de Uberaba teve grande importância no oeste de Minas Gerais no século XIX, um grande sertão ainda não explorado. Foi também importante ponto de parada entre as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Goiás e já em 1856 foi elevada como cidade, de acordo com o texto *“Uberaba: relações escravas na cidade primaz”* de Júlio Cezar de Souza (2009). Para iniciar este primeiro capítulo, gostaria de discutir o quadro político e social da cidade durante a escravidão e o imediato pós abolição, a partir de autores como Florisvaldo Ribeiro Junior (2007), Hebe Mattos (2015) e Maria Helena Machado (1994). Tais autores ajudam a entender como se deu o processo de abolição, a dimensão política e social da Uberaba do século XIX.

Sertão da Farinha Podre era o antigo nome dado a região que contemplava o Alto do Paranaíba e o atual Triângulo Mineiro. A região era a passagem da Estrada do Anhanguera e ligava São Paulo às minas dos Goyazes. Conta-se que o nome se origina de um fato ocorrido em uma das regulares expedições à região, datada de 1807. Ao percorrerem lugares ainda inexplorados, os membros dessas expedições costumavam marcar o caminho com alimentos secos, para que servissem de referência para o trajeto da volta. Certa feita, ao enterrarem fardos de farinha de milho nas margens de um ribeirão, encontraram-na apodrecida ao regressarem. Toda a região, a partir de então, passou a ser conhecida como Sertão da Farinha Podre.

Localizada no atual Triângulo Mineiro, a cidade de Uberaba foi construída pelos trabalhadores africanos escravizados, fossem entrados no país antes da lei de 1831, que proibiu pela primeira vez o tráfico de gente, porém definitivamente a lei não “pegou” e ficou aprovada e mantida somente “para inglês ver”, apesar de forte oposição dos liberais, principalmente no ano de 1830.

A Lei nº 581 do Império do Brasil, que foi aprovada em 4 de setembro de 1850, conhecida como Euzébio de Queiroz, extinguiu finalmente o tráfico de escravos africanos para o território brasileiro, após quase 30 anos de acordo com a Inglaterra. Ainda segundo o Dicionário do Brasil Imperial (2002, p.474), desde o final do século XVIII o comércio negreiro era amplamente praticado nos países europeus e que foram responsáveis pela colonização dos países americanos e começou a perder progressivamente a legitimidade até torna-se ilegal, no início do século XIX na maioria dos países que o praticavam.

De fato, o conhecido dilema entre a ideia de que os homens nascem livres e iguais, reconhecida pelo liberalismo, e a manutenção da escravidão, amparada por constituições liberais, não foi específico do Brasil monárquico, mas ocorreu em toda a Afro-América. Nesse contexto, se a escravidão manteve em parte sua legitimidade em nome do direito de propriedade, o comércio negreiro, que implicava o ato de privação de liberdade, transformou-se rapidamente em prática infame. (DICIONÁRIO do Brasil Imperial: 1822-1889, 2002. p.474.)

A nova lei concentrava a repressão do tráfico no litoral do país e a maior parte das interpretações da Lei, e a sua eficácia na extinção do tráfico negreiro dedica-se a explicar como eram constituídas as condições políticas da sua aprovação e implementação em 1850, após as décadas de resistências das elites imperiais em ceder seja as implicações inglesas, seja as campanhas liberais doutrinadoras.

Segundo Lourenço (2007), Uberaba se destaca por ter proximidade com outros centros de grande circulação econômica e por ter um vasto sertão ainda não explorado, segundo o autor:

(...) Uberaba beneficiou-se de sua localização-chave, na intersecção entre esses dois eixos, um disposto no sentido leste - oeste (Minas – sertão) e outro no sentido norte-sul (Goiás – São Paulo). Assim, na primeira metade do século XIX, formou-se uma rede de estradas inter-regionais e interprovinciais sobre o Sertão da Farinha Podre, tendo Uberaba como nó central. (LOURENÇO, 2007, p.306)

A cidade, seguiu o modelo de escravidão focado na pecuária e no comércio local. Por seguir esse padrão Uberaba, se diferenciava de localidades com grandes unidades agrícolas monocultoras e de com grande quantidade de trabalhadores escravizados. Na segunda metade do século XIX, como afirma Lourenço (2007, p.306), houve equilíbrio entre os homens e mulheres escravos. O autor observa também que depois da grande explosão do café no oeste paulista e o intenso tráfico interno de escravos para a cidade de Uberaba, houve crescimento populacional expressivo, visto que a cidade tinha uma grande ligação com a região paulista fazendo divisa com a mesma. Como já citado, a cidade de Uberaba era um grande centro do trabalho escravo no Província de Minas Gerais, por ser um eixo de ligação com outros grandes centros do trabalho escravo e de vida econômica (Rio de Janeiro e São Paulo).

É importante ressaltar que o fator socioeconômico é de extrema importância para entender todo o processo de escravidão na cidade de Uberaba. Pois como afirma, Souza (2009), a cidade passou por um intenso *boom* populacional entre os anos de 1872 e 1890. A principal fonte de renda era a posse escrava e quanto mais escravos mais elevado era o *status* social dos senhores de escravos. É importante ressaltar, que o desenrolar histórico da abolição, entre as décadas de 1870 e 1880, houve um crescente processo de urbanização e desenvolvimento na cidade de Uberaba, elevando o preço do escravo até meados da década de 1880. E com a proximidade do sonho da liberdade, os proprietários, como afirma Ribeiro Júnior (2007, p.292), exploravam a mão de obra negra, em detrimento desse sonho.

O primeiro capítulo do livro “Escravos, roceiros e rebeldes” de Stuart B. Schwartz (2001), que trata do negro como agente histórico e faz uma pequena discussão sobre a nova historiografia proposta para discutir a escravidão e os seus desdobramentos. O autor começa falando do centenário da abolição da escravidão e de como alguns autores abominam a ideia de uma historiografia voltada para o centenário, pois alguns historiadores acreditavam que a comemoração do centenário era uma coisa vazia, pois ainda havia as desvantagens sofridas pelos negros mesmo após a abolição. Portanto o autor divide o capítulo em duas partes, a primeira é uma recapitulação dos trabalhos até o surto de 1988 e a segunda um pequeno resumo sobre as obras produzidas.

O autor começa falando do livro Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre (2006), o livro foi um grande divisor de águas e foi o primeiro a colocar o negro como personagem principal da história, mesmo com Freyre, por vezes, negando o passado negro do Brasil. O livro trata da importância dos negros nos mais diversos âmbitos da sociedade e de como eles ajudaram na construção da sociedade brasileira e de como a relação senhor- escravo e as relações raciais estavam presentes na sociedade. Freyre aponta que era possível modificar as estruturas sociais através de mudanças graduais.

Mais adiante o autor, apresenta a perspectiva de outros autores para a escravidão no Brasil, mostrando que nem só os brasileiros tinham interesse pelo desenrolar da escravidão e da abolição da escravidão. Tannenbaum (1963) assim como Freyre, analisa a escravidão, porém da perspectiva na América do Norte protestante, em comparação com a América Latina Católica. Existem pontos de contato entre os dois sistemas escravagistas, principalmente na relação econômica e do senhor - escravo.

Na década de 1960, os estudos sobre a escravidão aumentaram de forma significativa, porém passaram por mudanças nas práticas teórico metodológica, deixando

de ser algo no âmbito geral e passando para o âmbito regional, muito influenciados pelos sociólogos da escola de São Paulo, como por exemplo, Fernando Henrique Cardoso (1977) e Florestan Fernandes (1978). Diferentemente da historiografia proposta por Freyre, a nova forma de ver a escravidão tinha certas tendências internacionais e também costumam seguir uma linha mais geral.

A nova historiografia deixa claro que é importante entender o sistema da escravidão como sistema cultural, organização de trabalho e sistema social. A nova historiografia, também, traz novos olhares em relação ao escravizado, como produtor e consumidor de mercadorias.

Já Ângela Castro Gomes (2004), em seu texto “Questão Social e Historiografia no Brasil do pós 1980: notas para um debate”, que faz um estudo sobre as obras que são feitas após a década de 1980 e que produziam uma mudança de direção nas pesquisas científicas que tratavam a questão social o campo das ciências de modo geral.

O texto é um amplo conjunto de estudos que visa aprofundar o conhecimento das relações entre escravos, as formas de pensar as relações entre senhores, escravos, dependentes e o Estado imperial, quer dizer, de pensar o trabalho escravo e o trabalho livre numa sociedade agrária e escravista, quanto às formas de pensar as relações entre classe trabalhadora, patronato e Estado, quer dizer, de pensar o trabalho assalariado e o papel do trabalhador em uma sociedade que se torna crescentemente urbana-industrial, a partir do século XX.

A autora, aponta que, para além destas questões, a educação também é um ponto latente entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980. Os programas de pós-graduação começam a estudar mais as temáticas urbanas e rurais, bem como as pesquisas no âmbito da história social, que colocam como protagonistas escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos, operários e assalariados em geral. De forma geral, os estudos posteriores a 1980, retomavam a questão social e estrutural do país que privilegiavam o maior entendimento das relações sociais construídas entre dominantes e dominados.

E por fim, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, no texto “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980” (2009), mostra a dificuldade que senhores de escravos, políticos e autoridades policiais tinham em lidar com a liberdade daqueles que conseguiam a alforria. Se o Brasil possuía maiores taxas de alforria que outras nações escravistas, isso não significou uma distensão nas relações sociais; ao contrário. Na conjuntura da abolição do tráfico atlântico

de escravos, o contingente de libertos vivia sob a ameaça da revogação da alforria, da reescravização e da escravização ilegal – práticas que se associavam a diversas restrições dos direitos de cidadania para esses homens e mulheres que haviam conseguido escapar da escravidão.

1.1 Política, sociedade e escravidão em Uberaba

É importante entender o quadro político, social e econômico antes da abolição para entender os caminhos que ela percorreu. Meses antes da assinatura da Lei Áurea, era frequente notícias sobre a fuga de escravos e a questão da segurança pública pairava nos mais diversos grupos da sociedade escravista da época. É necessário destacar duas reportagens que apareceram meses antes da promulgação da Lei. Segundo o Gazeta de Uberaba:

Os ansepeçadas do exército Marianno do Nascimento e Jose Joaquim da Costa, que escoltavam dous presos competentemente encorrentados (sic) e empregados em carregar água para a cadeira deixaram no dia 2 às 7 horas da manhã fugir o creoulo de nome Francisco, ex-escravo de D. Joanna do Valle, audaz ladrão e pronunciado como incurso nas penas do art. 269 do Código criminal. As praças foram recolhidas a prisão e seguem para a capital da província de S. Paulo, onde vão ser punidas, respondendo a conselho de guerra na forma das ordenanças que regem o exército. O delegado de polícia Carlos Campos abriu inquérito e tomou as precisas providencias com o fim de capturar o foragido. (Gazeta de Uberaba, 06/03/1888, p.2)

É o público e notório aqui que João Joaquim Alves Banda, espancou brutalmente a alguns dos escravos de sua mãe D. Julia Maria de Jesus, na fazenda do Lageado, desta Freguezia, das pancadas resultou a fuga do escravo Evaristo, depois de bem espancado, e ficou bem offendido o escravo de nome Antonio. (Gazeta de Uberaba, 27/04/1888, p.2)

A primeira reportagem trata do liberto Francisco, que já havia fugido uma vez da prisão, foi capturado por escravos em uma fazenda da vizinhança e logo após fugiu outra vez. A segunda trata de um senhor de escravos, filho de uma fazendeira conhecida na região e que espancou escravos, gerando revolta e fuga de outros que também eram cativos em sua propriedade. Às vésperas da abolição notícias como estas inundaram o Gazeta, algumas continham um grande teor sensacionalista e espalhavam medo com relação a abolição. O que pode ser observado logo após abolição, com o medo da euforia dos libertos e que foi observado nas mais diversas notícias sobre grandes contingentes de libertos comemorando a liberdade em tavernas e pelas ruas.

Durante a primeira metade do século XIX, várias revoltas escravas estavam ocorrendo. Ricardo Henrique Salles em “O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado” (2012), apresenta um grande panorama da formação do Estado Brasileiro, a constituição da elite, os caminhos da escravidão nacional e as revoltas que serviram de base para a organização da luta abolicionista. O autor aponta que na Bahia foram mais de 30 revoltas até 1835, sendo a mais conhecida a Revolta dos Malês. Em Minas Gerais também ficou conhecida a rebelião de Carrancas, ocorrida em 1833, no contexto da instabilidade política do período Regencial. Em 1838 houve, no Rio de Janeiro, a revolta de Manoel Congo, ocorrida no município de Vassouras. Entre 1839 e 1842, a Balaiada no Maranhão também levou preocupação à elite, principalmente pelo grupo de escravos liderado por Cosme Bento das Chagas, que se juntou aos balaios, mas que acabou derrotado e executado. Apesar de terem sido intensas na primeira metade do século XIX, ao final as rebeliões já estavam controladas, porém a formação dos quilombos e pontos de resistência colocam pressão para que a abolição fosse concedida rapidamente.

Os debates para a criação das leis tinham como argumentos os aumentos de rebeliões escravas nas décadas de 1850 e 1860, demonstrando o temor das elites com a resistência à escravidão e também com o perigo de eclodir uma revolução escrava no Brasil. A criação de uma legislação colocava ainda o Estado no meio da relação social existente entre senhor e escravo, situação que não ocorria anteriormente, já que o escravizado era uma propriedade do senhor, livre para dela utilizar como bem queria. Nesse contexto, os escravos souberam utilizar as leis nos tribunais para pressionar seus senhores e, em muitos casos, conseguir a liberdade. Houve um grande aumento de ações judiciais para que fosse possível colocar o costume em regra, a legislação que não era aceita pelos senhores, como a que garantia que o escravo podia comprar sua alforria, mesmo contra a vontade do senhor.

Joseli Mendonça em um dos verbetes do “Dicionário da escravidão e Liberdade” (2018, p.277-284), que trata da Legislação Emancipacionista, analisa as várias medidas legais que configuraram, direta ou indiretamente, as relações de trabalho, como a lei Euzébio de Queiroz (1850) já citada. Esse conjunto de leis aprovadas entre os anos de 1831 e 1850, envolveu os quatro poderes, o legislativo que resultavam as leis, o executivo que fazia valer a lei, o judiciário que aplicava as leis e o poder moderador cuja ingerência podia se fazer em cada um dos demais, assim a aplicação das leis, abarcava os quatro poderes.

Além das leis criadas para adiantar a abolição, a questão da segurança pública também era relevante, como apresenta Maria Helena Machado, em o *Plano e Pânico*:

O espoucar dos movimentos de escravos nas fazendas, com seu cortejo de violências e desafio à tranquilidade pública, configurando uma situação em que o desgoverno da mão-de-obra andava de mãos dadas com a inversão da ordem social, aterrorizava as populações das cidades cafeeiras e frequentava os pesadelos mais íntimos dos fazendeiros, materializando-se, finalmente, no corre-corre das polícias. Estas, mal adestradas e sofrivelmente municadas, acabavam por agir apenas como bombeiros que hoje apagam o foco de incêndio aqui para poder amanhã abafar o de acolá. Tendo se tornado um dos principais problemas a serem enfrentados neste período, a questão da manutenção da segurança pública e da ordem, fortemente ameaçadas pela eclosão de frequentes sedições de escravos e pela descoberta da organização de tantas outras, com mãos abolicionistas, implicou na montagem, por parte das autoridades policiais, com a anuência dos governos provincial e imperial, de uma estratégia de desinformação e censura no tratamento público da questão escrava. Incapazes de fazer frente às tropelias dos escravos e à ousadia dos abolicionistas, buscava-se descaracterizar a periculosidade das ocorrências que envolviam estas categorias, evitando o pânico das populações e a emergência de uma discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil. (MACHADO, 1994, p.15)

A autora apresenta e analisa os movimentos sociais que permearam a década de 1880 e como tal período se diferenciava das décadas anteriores à abolição. Sua principal característica era o tráfico interprovincial que deslocava um grande número de escravizados entre as províncias do Império.

Após o boom populacional que o tráfico interprovincial trouxe para as lavouras, foi preciso um maior controle sobre as ações dos escravos, em decorrência de não possuir um vínculo com a terra em que estavam, o sistema escravista se torna mais afrouxado, o que culminou em crise entre os senhores que não souberam lidar com a “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre. Silvia Lara (1998) trata sobre a abundância da historiografia sobre a “transição” e que apesar da sua diversidade, porém efetua um processo comum, pretendendo apenas estabelecer uma teoria explicativa para a passagem do mundo da escravidão para o universo do trabalho livre assalariado. Ainda segundo Lara (1998), a historiografia da transição mais radical postula a tese da “substituição” do trabalho do escravo livre, com o negro desaparecendo da história sendo substituído pelo imigrante europeu.

(...) a questão abolicionista foi conduzida em termos da *substituição* do trabalhador escravo pelo livre, isto é, no caso das fazendas paulistas, em termos de *substituição física* do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a *substituição* do trabalhador. (MARTINS, 1981, p.38)

No dia 13 de maio do ano de 1888 a Princesa Isabel assina, diante de muita pressão de grupos abolicionistas, negros e por interesses comerciais, a Lei Áurea que declarou extinta a escravidão no país. A notícia da assinatura que aconteceu no Rio de Janeiro, se espalhou rapidamente para algumas províncias, outras regiões demoram alguns dias para ter ciência do ocorrido na capital do país. Afastado da corte, na província mineira, na vasta região pouco povoada e explorada, conhecida como Sertão da Farinha Podre, o jornal *Gazeta de Uberaba* publicava a seguinte notícia:

Numerosos bandos de homens de côr percorriam ruidosamente a cidade, dando vivas à liberdade, ao ministério 10 de março, a Princesa Imperial Regente e ao Imperador. De todas as estradas convergiam grupos de pretos que abandonavam as fazendas, circunvizinhas. A 21 deste meio dia, viam-se destacados em grande número cavalleiros na estrada que desta vae, daí à cidade do Sacramento, afim de encontrar o Correio. Pouco a pouco esse grupo foi-se aumentando com numerozo contingente de homens e mulheres a pé, que se lhe haviam ido unir. Era indescriptível o delírio dessa multidão que ia receber dentro e pouco a confirmação de que eram, de facto, cidadãos livres. (*Gazeta de Uberaba*, 25/05/1888. p.2)

Para um leitor que não conhece os caminhos historiográficos, esse fragmento pode parecer assustador, devido às aglomerações que se fizeram para a comemoração da promulgação da lei. Vale ressaltar, que em algumas regiões, a notícia da escravidão chegou pelo correio e foi festejada dias após a assinatura da Lei.

A escravidão em Uberaba é ainda uma temática que pode ser bem explorada. Há um grande acervo de documentos disponibilizados no Arquivo Público da cidade. O fato de o período do apogeu econômico regional coincidir com o término da escravidão como aponta Souza (2009) fez com que tivéssemos uma participação ímpar dos escravos na constituição da sociedade uberabense. Isso é muito importante para uma análise da história local e regional.

Havia um contexto histórico e social em que se reforçava economicamente o escravismo. Num quadro de crescente perda de legitimidade da escravidão, tributária das

ideias do século e decorrente da quebra de solidariedade no conjunto de homens livres em relação à propriedade cativa e à sua identidade racial

Os significados da liberdade guardam um duplo sentido que informam uma nova questão: a da influência das ações e motivações humanas na história, bem como de seus limites e condicionamentos. Hebe Mattos (2015) faz uma crítica aos trabalhos acadêmicos que polarizam as análises do processo de abolição do cativo no país, e tem colocado em evidência que para além das dicotomias entre continuidade e ruptura, estratégias sociais e determinações estruturais, que o fim do escravismo antes de tudo configura um momento privilegiado para se discutirem as relações entre estes polos. O fim da escravidão deve ser encarado como momento de mudança dos referenciais culturais, da convivência social e das relações de poder. Nesse contexto, libertos, ex-senhores, homens livres e o Estado foram obrigados a rever atitudes e estratégias, procurando fugir das dicotomias.

A historiografia sobre a crise da escravidão e a emergência do trabalho livre no Brasil, recebeu na década de 1980, uma expressiva concentração de estudos e pesquisas. Para Mattos, uma importante ampliação dos referenciais de análise se fez ao privilegiar a diferenciação dos agentes históricos e a multiplicidade de projetos e estratégias nas tentativas de controle político do processo de transformação do trabalho, repondo um certo sentido de surpresa e improvisação que acompanhou nas décadas de 1880 e 1890 o desenrolar do processo. Segundo a historiadora, suas ações representam o vetor que produziu mais fortemente as dimensões de surpresa e imprevisibilidade de todo o processo. A melhor forma de se avaliar a contribuição da historiografia recente sobre o processo abolicionista é tomá-la em conjunto e também, em relação com a produção que a antecedeu. Ampliando o arco de atores aptos a influenciar os rumos do processo, torna-se mais fácil compreender e mesmo acreditar que a quebra, em finais da década de 1880, das balizas que até então norteiam o processo emancipacionista, tenha surpreendido a grande maioria dos contemporâneos.

Com o fim do cativo, as categorias e identidades socioculturais, que construíam a ordem no mundo rural do Sudeste, subitamente deixam de fazer sentido. Senhores, escravos e homens nascidos ou tornados livres, historicamente deixam de existir. Neste contexto, os significados da liberdade tornaram-se campo de luta privilegiado, a partir do qual se iriam reestruturar as novas relações de poder. Se não se obrigava ao trabalho, reprimia a vadiagem. Naquele momento, entretanto, os vadios confundiam-se com os libertos e sua movimentação. Neste contexto, a repressão à vadiagem facilmente se

transfigurava em coerção à liberdade dos ex-cativos emancipados, por toda a política emancipacionista imperial, à exceção da lei de maio de 1888, desde os africanos livres pela extinção do tráfico em 1831 até os ingênuos, 1871, idosos, 1885, e manumitidos, por alforria ou pelo fundo de emancipação, manteve-se a tutela estatal ou privada sobre os libertos, privando-os da cidadania brasileira, conforme era reconhecida aos homens nascidos livres. Para Rios e Mattos (2004, p.191), a grande preocupação da elites com a emancipação era definir quem poderia ser cidadão.

Os pilares básicos da liberdade - mobilidade, família e propriedade - possuíam significações profundas tanto no quadro tradicional, hierárquico e integrativo, que a sociedade rural apresentava desde o período colonial, como no quadro das prerrogativas da liberdade civil, pensada nos moldes liberais. Isto porque estes direitos se construíram em oposição à experiência histórica da escravidão. Esta experiência de liberdade, entretanto, ao ser transformada no Império, em direitos civis, teve seus sentidos redefinidos. Especialmente a ideia de uma igualdade formal na liberdade foi progressivamente reforçada, em relação às concepções hierárquicas dos indivíduos nascidos livres. O que esteve em discussão, desde pelo menos 1850, foi a possibilidade de se atribuírem direitos civis aos escravos, bem como cidadania aos libertos, nos quadros da sociedade imperial. Se até a primeira metade do século XIX, os homens se dividiam em brancos e pardos, a vivência da liberdade, na segunda metade, já não incorporava a diferenciação racial ao controle social dos homens livres pobres. Perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto, mas como preto ou negro, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referente a seu caráter de não-cidadãos. Como podemos observar no livro “Quase Cidadão” de Cunha e Gomes (2007), quando eles se propõem a fazer uma análise sobre as facetas da liberdade após a emancipação dos negros escravizados.

Por fim, é necessário discutir os autores Silvia Lara, Fabiane Popinigis e Paulo Terra que fazem um apanhado geral sobre escravidão e trabalho no Brasil, as autoras são de extrema importância para a construção de uma visão mais ampla, sobre que foi discutido até aqui. O primeiro texto que quero trazer para o debate é “Escravidão, cidadania e trabalho no Brasil” de Silvia Lara (1998), que trata da questão do apagamento do negro, do escravizado e do liberto nas produções acadêmicas no Brasil. Sua crítica baseia-se na utilização, por parte de certos autores, de termos como trabalhadores assalariados e trabalhadores livres, ignorando as lutas e as experiências vividas por aqueles trabalhadores antes e depois da abolição. Muito do descontentamento de Lara,

deve-se a uma abordagem pouco histórica do trabalho de negros, escravizados e libertos, além de não serem considerados como agentes da própria história. Apoiando-se nas discussões trazidas por Caio Prado Junior (1961) e Florestan Fernandes (1978), que trataram sobre a substituição dos negros nas grandes lavouras de café, pelo trabalhador imigrante.

Como aponta a autora, no ano de 1970, houve uma virada na historiografia e os trabalhadores passaram a ser agentes da sua própria história, e suas lutas passaram a ser consideradas, entretanto isso aconteceu sem que o silêncio sobre os negros fosse rompido. O parâmetro metodológico utilizado por Lara, aponta que algumas continuidades e conceitos pré estabelecidos continuavam a se repetir, conceitos como transição, ocuparam o espaço onde a explicação do processo histórico de luta deveria estar, além de uma generalização dos fatos que aconteciam nas fazendas do oeste paulista, como se o modelo fosse seguido no resto do país.

A solução proposta pela autora, passava pelos historiadores que no passado se propuseram a tratar do tema trabalho, revisassem as pesquisas com foco maior nas lutas escravas, na formação dos quilombos e nas tensões que existiam entre os escravos e os senhores, além da composição da família escrava. Para além desta revisão nas pesquisas, a autora propõe que se incorpore as visões escravas da escravidão e da liberdade e as experiências dos libertos no período após a abolição, bem como as relações entre trabalhadores escravos, livres e libertos.

Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva em “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980” (2009), abordaram a historiografia produzida desde a década de 1980 sobre a história dos trabalhadores no Brasil. O problema central está na análise da mudança de paradigmas de interpretação sobre o lugar dos escravos e dos assim chamados trabalhadores livres nos estudos acadêmicos. Do “paradigma da ausência”, que identificava na experiência dos historiadores brasileiros uma história lacunar e em descompasso com outros modelos nacionais, pesquisas nas últimas três décadas passaram a configurar um “paradigma da agência”, segundo o qual as ações de escravos, libertos e trabalhadores urbanos resultam de negociações, escolhas e decisões frente as instituições e aos poderes normativos.

Fabiane Popinigis e Paulo Terra (2019), por sua vez, retomam os questionamentos levantados por Silvia Lara (1998), a partir das pesquisas desenvolvidas por membros do Grupo de Trabalho (GT) “Mundos do Trabalho” ligado à Associação Nacional de História (ANPUH), entre os anos de 2001 a 2016, tendo como temas a história do trabalho escravo.

Dialogam também com o artigo de Álvaro Pereira do Nascimento (2016). Se para Lara (1998) o caminho para cessar o silenciamento do negro no mundo acadêmico era revisar sua pesquisa, com foco principal na segunda metade do século XIX, e nas revoltas que nele ocorreu, para Nascimento, o caminho mais lógico seria fazer uma história do negro na Primeira República. Ambos autores buscaram um objetivo comum que é dar destaque a história social do trabalho negro no Brasil, porém, enquanto Lara propõe revisitar o passado para a melhor compreensão da luta política social e econômica, Nascimento reivindica a cor nos trabalhadores do pós abolição.

Por fim, Popinigis e Terra apontam que desde Lara (1998), as pesquisas sobre o tema do trabalho negro, das lutas negras e do serviço doméstico vem tomando uma longa crescente de interesse, e que além dos caminhos já traçados por alguns pesquisadores, novas propostas vêm destrinchando o tema do trabalho negro no país. Os autores apontam ainda que da mesma forma que os estudos sobre os caminhos do trabalho negro vem ganhando força, os trabalhos com a temática indígena e sobre a escravidão contemporânea tem sido de extrema importância para a mudança da ideia de “transição” do trabalho escravo para o livre, como na crítica formulada por Lara.

Seguindo o balanço feito por Lara, Florisvaldo Ribeiro Júnior (2007, 2009) volta seu olhar de forma mais específica para a cidade de Uberaba. Em “Tríade do mal” (2009), o autor apresenta como foram as reações dos libertos após a promulgação da lei e de como o vício em jogos, álcool e a prostituição se tornaram a tríade do mal na cidade de Uberaba, e como as relações de trabalho foram afetadas. Além de ressaltar que logo após a abolição o trabalho se tornava o regulador da relações sociais.

Ao apresentar a demonização que os jogos de azar, o álcool e a prostituição trouxeram para a sociedade uberabense e do Alto Paranaíba, o autor destaca o papel importante que a imprensa teve, quando difundiu os conceitos da moral e dos bons costumes em suas páginas, adquirindo pouco a pouco o aspecto de campanha, e usando de elementos repetitivos, afim de impregnar a ideia de extinção contra esses males que afetavam a sociedade.

Pegando o gancho de Ribeiro Júnior, o próximo capítulo pretende abordar a imprensa do século XIX em duas partes. A primeira parte abordando a imprensa do século XIX por um panorama geral trazendo as principais contribuições que ela exercia na sociedade como um todo. Na segunda parte abordamos a imprensa do século XIX na cidade de Uberaba, trazendo para a discussão os jornais da época, além de apontar os principais cuidados ao trabalhar com fontes impressas.

Capítulo II

A imprensa em Uberaba no século XIX

A imprensa sempre teve papel importante na construção da sociedade em qualquer parte do mundo. Na cidade de Uberaba do século XIX, a realidade não era muito distante e a imprensa era, como em quase toda sociedade daquela época, a verdade absoluta. Neste segundo capítulo, pretendo fazer um panorama da imprensa no século XIX, quais os caminhos que ela traçou e quais foram seus interesses em noticiar esse ou aquele fato, além de privilegiar o jornal *Gazeta de Uberaba*, apoiada nas discussões de Tania de Luca (2008) e no *e-book* “A imprensa em Uberaba por Hildebrando Pontes” (2019).

Antes de voltar nosso olhar para a imprensa na cidade mineira, é necessário fazer um balanço sobre a imprensa periódica no século XIX. A maior novidade da época, foi

sem dúvida, a imprensa por meio dos periódicos, e eles por sua vez eram encarados como meios de pesquisa histórica, muito disso pelo poder que as palavras impressas no papel tinham na época, como aponta Luca (2008). Além de material histórico, a imprensa por meio dos periódicos formava diversas redes de sociabilidades que ajudaram o Brasil a se constituir como nação.

A Imprensa já estava presente na América Portuguesa, e muito se deve a figura do impressor português António Isidoro, que rompeu as proibições impostas pela coroa sobre a instauração de tipografias no Brasil. Vale ressaltar que não havia uma lei específica que proibisse a tipografia, porém o Brasil era a única das colônias portuguesas onde não havia uma. Dos portos brasileiros saíam as riquezas que sustentavam a monarquia. Por isso, a Coroa empregava todos os recursos para evitar o funcionamento de prelos longe do rígido controle censório e, desta forma, evitava o surgimento de ideias emancipatórias.

A imprensa embora recente, já estava sob o controle do poder real, e o primeiro ato significativo, foi quando Dom João VI deixou o Brasil em 1821 e decretou, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia e estabeleceu a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. Sabe-se que o decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, sendo aplicada nas provas impressas, e não sobre os originais manuscritos. Segundo Kátia de Carvalho (1996), ao mesmo tempo que a imprensa obteve o “passe livre” do poder real, o poder real também feriu a liberdade de imprensa que tinha acabado de conceder:

Naquele mesmo ano, dom Pedro I decretou em 8 de junho a vigência no Brasil das Bases da Constituição Política Portuguesa, decretada em 9 de março de 1821. Em Portugal, uma lei complementar de 12 de julho do mesmo ano incluiu a liberdade de imprensa. Foi considerada a primeira lei de imprensa portuguesa, tendo sido introduzida no Brasil em meados de setembro. Logo depois, em 28 de agosto, o nosso príncipe regente expressava em um Aviso: “que não embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer texto escrito” Por ironia, o próprio imperador cometeu a primeira violência contra a imprensa brasileira. Consistiu na apreensão, pela Portaria de 15 de janeiro de 1822, de uma publicação anônima em defesa dos ideais libertários intitulada Heroicidade Brasileira. Enquanto isto, avançava o movimento favorável à Independência do Brasil. (CARVALHO, 1996, p.1)

Embora tenha mais de 200 anos desde sua criação, a imprensa periódica, em alguns aspectos, tem pontos que são muito limitados, se considerarmos o tamanho e a importância que ela possuía. A imprensa sempre foi vigorosa na sua retórica política. O discurso e o pensamento político sempre foi marcante nos periódicos e não apenas reflexo dos pensamentos já definidos, mas como espaço de produção das concepções que estavam em circulação na sociedade do século XIX. Marcelo Basile (2018) realiza uma síntese da produção historiográfica acerca do período regencial (1831-1840), abordando os principais eixos temáticos que a configuram, com ênfase nas obras que têm a imprensa como objeto de estudo:

Durante as regências, particularmente entre 1831 e 1833, as publicações periódicas alcançaram o mais alto nível quantitativo observado em toda a primeira metade do século 20. Explicam o fenômeno a vacância do trono, o acirramento dos conflitos no interior das elites política e intelectual, o desenvolvimento da esfera pública política, os debates acerca das reformas constitucionais e a proliferação de tipografias. Em contrapartida, o período das regências unas (1835-1840) foi marcado por progressivo recuo da imprensa, em especial na Corte, acompanhando o processo de desarticulação dos antigos grupos políticos, o rearranjo operado pelo Regresso conservador – com a consequente redução das margens de conflito intraelite –, o cerceamento à imprensa e a gradual retração da esfera pública. A grande maioria dos periódicos era composta por pasquins, jornais de caráter político, representantes de alguma facção, com pequeno formato, duração efêmera, periodicidade irregular e linguagem virulenta. Mas havia também folhas de linha comercial (com conteúdo informativo mais diversificado) e cultural (de cunho literário, científico ou religioso), e também aquelas dedicadas ao público feminino e aos chamados homens de cor. (BASILE, 2018, p.4-5.)

A historiografia sempre nos mostra a importância que os periódicos têm na sociedade, o uso deles tanto como fontes quanto como assunto da discussão histórica, porém até o 1930, eles não tinham a devida importância num primeiro momento da história, a percepção positivista dizia que todos os documentos deveriam possuir uma objetividade, neutralidade e credibilidade, onde estes estavam prontos e acabados bastando transcrever para se obter uma história verdadeira e absoluta. A virada dessa concepção veio com a chamada “Nova História”, que foi perpetuada com a Escola dos Annales, a concepção dos periódicos e dos objetos de estudo histórico passou a ser mais ampla e diversificada, que buscava romper com o tradicionalismo imposto anteriormente, que era movido somente pelo caráter político, econômico e social. As abordagens dessa nova história buscavam dialogar com outros campos além dos citados culturais,

cotidianas, mentais, étnicas, de gênero, minorias, vencedores e vencidos, sem negar a relevância das questões estruturais da longa duração e nas conjunturas econômica, demográfica, política e social (LUCA, 2008, p. 112 - 113).

A discussão concernente às fontes historiográficas é um tema que tem rendido longos e valiosos debates e trabalhos na academia, se tornando permanente não apenas no âmbito da historiografia, mas superando diversas fronteiras de campos de atuação, isto é, pesquisadores de outras áreas também se valem de fontes para estudar seus objetos, como ocorre, por exemplo, com a antropologia e a sociologia, a educação e a economia, para ficarmos em algumas ciências. Claro que, nesses casos, o foco e a tipologia das fontes utilizadas, bem como os métodos e as abordagens variam. A exemplo destes estudiosos, o historiador ao se deparar com as fontes, percebe que elas não falam por si, mas respondem a uma gama de perguntas a serem formuladas procurando obter possíveis respostas presentes nas fontes, o que as tornam dessa forma, peças fundamentais na operação historiográfica.

A historiografia dos periódicos tem uma virada a partir desta nova abordagem dos *Annales*, esse tipo de fonte começa a fazer parte da construção de novos objetos históricos, com seus variados problemas e abordagens. Os periódicos, quando analisados sob a ótica da imprensa, servem como meio de manipulação dos interesses de um determinado grupo, como já citado acima, pois estes veículos não são imparciais nas coisas que são noticiadas, ou seja, possuem uma posição ideológica dentro da realidade político social que está inserido. A fonte principal deste TCC, o jornal *Gazeta de Uberaba* é um grande exemplo de manipulação midiática. Durante a pesquisa foi possível notar em vários momentos que a linha editorial do jornal tendia para o apoio às propostas do Partido Conservador nos momentos finais do processo de Abolição. Pretendo debater e evidenciar essa e outras questões durante a análise da fonte mais adiante. O historiador ao se deparar com esse tipo de documento cheio de nuances, deve tomar cuidado ao usar como fonte histórica. Não é somente o que está escrito, mas sim o jeito que o documento foi escrito, para quem ele foi escrito e por que foi escrito daquela maneira, qual público ele vai atingir, dentre outras coisas.

Quando analisamos as críticas externas devemos analisar o contexto na qual o documento está inserido analisando o contexto político, social, econômico e cultural, relacionando o documento com o momento que se escreve e as movimentações que rondavam o tempo que foi escrito e quem estava escrevendo. O que se pode concluir é

que os periódicos são fontes interessantes para a construção da pesquisa histórica, contudo não devemos construir o saber histórico apenas através destas fontes, e sim, buscar as mais variadas fontes acerca do período estudado para que com isso possamos obter um resultado satisfatório construindo uma representação da realidade o mais próximo possível do que ocorreu no período estudado.

Tania de Luca (2008) analisa o uso da imprensa periódica como fonte histórica. A autora ressalta que a utilização das fontes impressas não eram novidade no Brasil, porém durante o final do século XIX havia uma tradição de colocar estas fontes apenas como espelho da realidade, o que resultou na crítica feita pela Escola dos Annales nos anos de 1930. O caráter ideológico da postura positivista já foi sobejamente denunciado pelos marxistas, pois ao pretender a neutralidade do historiador em relação às fontes e a própria narrativa, acaba ele assumindo, e muitas vezes defendendo inadvertidamente, a posição daqueles que alcançaram o domínio sobre os demais, via poder de Estado. Além disso, quando o chamado positivismo advoga a favor de documentos oficiais, em detrimento de outras fontes históricas, acaba por construir uma história também oficial, não dando voz a outros atores sociais. Em razão desses problemas com a denominação “documento”, alguns historiadores preferem a denominação de “vestígios”, considerando que este termo se refere a algo que vai além do documento oficial.

O uso crescente dos periódicos como objeto e fontes históricas, como aponta a autora, e a imprensa vai numa crescente importância para se tornar cada vez mais utilizada como uma importante possibilidade para historiadores e suas pesquisas. Esses novos horizontes possibilitaram um avanço e a diversidade do uso da imprensa periódica, levando os pesquisadores a ter um tratamento específico para a utilização destas fontes na produção do conhecimento historiográfico e a análise crítica destes materiais.

As questões iniciais ampliaram o horizonte do pesquisador e o deixa encaminhado para que possa extrair do documento o máximo de informações possíveis, sempre se atentando que essas informações não são meramente o espelho da realidade em que está inserida. É de extrema importância saber de onde vem as notícias veiculadas na fonte e todos os elementos que estão presentes nela, como um título chamativo ou o grupo responsável por espalhar a notícia, pois só assim será possível identificar para que esta ou aquela notícia foi publicada, fazendo com que assim a sua ligação com a história social seja inevitável, pois coloca sujeitos e práticas em evidência, partindo de seu contexto social e sua historicidade.

É perceptível que a imprensa interfere na vida de uma sociedade. Seja ditando o modo de vida, seja interferindo na política e cultura, ela sempre está presente como agente indispensável da vida cotidiana. E essa interferência, é fundamental para que o historiador possa observar e aprender o modo de vida de uma sociedade. A sua intervenção pode ser notada nas mais diversas áreas do conhecimento, na política, na economia, até mesmo nas artes. Mas a autora salienta, que não é viável determinar somente um caminho teórico metodológico, devido a quantidade de possibilidades que são apresentadas pelas fontes periódicas, pois ele não dará conta da imensidão dos caminhos da fonte.

Por fim, a autora destaca que as observações feitas pelos historiadores ao longo da sua caminhada metodológica pelas fontes, só tem sentido mediante as aspirações de cada pesquisa, pois mesmo que estejam no passado a avaliação é feita pelo pesquisador no futuro e acaba sendo afetada pelas questões que o pesquisador coloca para a fonte responder.

2.1 A imprensa em Uberaba

Depois do apanhado geral sobre a imprensa do século XIX e as dificuldades que ela enfrenta até hoje, é necessário voltar o olhar para a imprensa uberabense. A principal fonte, além do próprio *Gazeta de Uberaba*, foi um E-book, que conta a história da imprensa de Uberaba, de autoria do memorialista Hildebrando Pontes. É necessário ressaltar que seu trabalho não pode ser confundido com trabalho do historiador. Porém neste caso, optei por utilizá-lo por ser uma das poucas fontes encontradas por ser uma das poucas publicações onde encontramos detalhes da imprensa local.

É importante ressaltar as diferenças entre os historiadores e os memorialistas, antes de utilizar Pontes para discorrer sobre a imprensa uberabense. Entendemos como memorialistas escritores que utilizam em suas pesquisas diversas fontes às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica.

Os memorialistas escrevem e escreveram para públicos e como suportes diferentes ao longo dos anos, conforme suas temporalidades e avanços da ciência histórica no Brasil, isso porque quando os observamos detalhadamente em seus contextos, encontramos

outras dimensões em seus textos além da falta de parâmetros teórico-metodológicos. Em “Memória, Histórias e Crônicas Tijucanas” os autores destacam a importância dos memorialistas para certas localidades brasileiras:

O fato é que parte significativa da história que se conhece sobre os municípios brasileiros foi produzida por memorialistas, cujo perfil (formação) e produção (percepção da história e métodos) sabemos pouco. A academia classifica tais obras como fontes para elaboração da história de determinada localidade (um ponto de partida), já que elas fazem referência a seus moradores e quase sempre informam sobre a atuação dos poderes locais. Os memorialistas, portanto, não produziam história (fruto de operação racional), e sim memórias, de forma que seus trabalhos poderiam ser assim caracterizados. (SILVA, LATERZA, SOUZA, 2018, p. 25)

Além de explicar sobre as diferenças entre os memorialistas e os historiadores, os autores apontam que a História é baseada em teias teórico metodológicas que são impostas pela ciência histórica:

O historiador diletante é aquele que reconstitui o passado tornando-o história, sem formação específica. Mesmo se essa formação acadêmica, seu papel é importante na medida em que trabalha com vocação política. Por sua vez, o historiador profissional, é aquele que possui formação específica universitária, seja como professor ou pesquisador ou ainda em ambas: é aquele que torna seu trabalho a profissão básica e, como ativo participante de eventos, congressos, trabalha baseando-se em regras metodologicamente orientadas pela vocação científica. (SILVA, LATERZA, SOUZA, 2018, p. 25)

Depois de explicada as nuances que o trabalho memorialista tem de diferente do trabalho do historiador, é necessário entender o que era a imprensa em Uberaba no final do século XIX e como ela interfere diretamente nas notícias que saíam sobre os libertos no pós-abolição. A imprensa em Uberaba surge nos anos finais do século XIX, e tem o primeiro jornal publicado em 1874.

Em 1º de outubro de 1874, o *Paranahyba* foi o primeiro jornal impreso e editado no Sertão da Farinha Podre. O jornal foi bem sucedido na região e em suas folhas era possível notar que ele seguia os ideais políticos da época. É possível notar que Uberaba

lançava um novo jornal a cada fase política do Brasil e eram por suas folhas que se travam as mais veementes batalhas entre os grupos rivais.

O jornal *Gazeta de Uberaba* surgiu em 1875 e teve como seu primeiro redator José Alexandre de Paiva Teixeira e nesse primeiro formato permaneceu até fevereiro de 1876. Em 1879, o jornal sofreu uma mudança, tanto na direção quanto no seu formato. O periódico foi recriado por João Caetano e Tobias Rosa, que optaram por dar ao impresso um cunho político social e o usaram como forma de oposição ao Partido Liberal, que na época tinha como apoiadores o jornal *Correio Uberabense*.

O *Gazeta de Uberaba*, era um periódico semanal que a partir de 30 de novembro 1894 passou a circular 6 vezes por mês e em janeiro de 1903 passou a ser semanal, tornando-se assim o primeiro jornal de Uberaba a ter circulação diária, de acordo com o site do Arquivo Público de Uberaba sua tiragem era de 1.200 exemplares impressos em 4 a 6 páginas. Na sua existência, de aproximadamente meio século de circulação, o *Gazeta de Uberaba* contou com um numeroso corpo de colaboradores.

Em 27 de abril de 1879, um jornal com o mesmo nome do *Gazeta* foi criado por Joao Caetano de Oliveira e Souza e Jose Augusto de Paiva Teixeira. Este novo *Gazeta* era mantido por uma empresa Ludovice e Companhia, o jornal era administrado também por Jose Augusto de Paiva Teixeira. O impresso, assim como quase todos os daquela época, mantinha uma atuação política favorável ao partido liberal. Joao Caetano de Oliveira, um dos fundadores da virada *Gazeta*, em 1855 deixa o cenário editorial, devido as eleições municipais, porém o jornal continua com a sua atividade.

A partir de então, somou-se à redação da *Gazeta de Uberaba*, a figura de Juventino Polycarpo Alves de Lima, que naquela época era juiz municipal de Uberaba e político conservador. Os debates do periódico estavam sustentados na luta contra os liberais que se moviam pelas colunas de outro jornal, o *Monitor Uberabense*. Em seguida, os liberais mantiveram-se alinhados na *Gazetinha Mineira*, que nas palavras de Pontes era “politicamente redigida pelo Tenente Coronel Antônio Borges Sampaio do Partido Liberal”

Diante das várias mudanças, o jornal teve que se adaptar às tramas políticas no contexto nacional, sendo assim cada redator ou diretor que passava pelo jornal tendeu a imprimir suas crenças políticas no periódico. É possível notar esse alinhamento político, quando em 1889, com a Proclamação da República e todo o fervor político, o jornal,

influenciado por sua vasta gama de leitores, patrocinadores e diretores se alinhou ao Partido Republicano Mineiro (PRM), fundado em 1891. Outro exemplo de como o jornal tendia aos desdobramentos políticos, foi na sucessão de Bias Fortes na presidência do Estado de Minas Gerais em 1891. Surgiu em Uberaba o Partido da Lavoura e Comércio, entidade que representava os interesses de segmentos econômicos da região que eram contrários às taxações cobradas pelo governo estadual. Assim nasceu também o jornal *Lavoura e Comércio*, em 1889, de propriedade de Antônio Garcia de Adjunto. O embate de interesses políticos na região ficou marcado claramente nas linhas editoriais dos dois jornais: de um lado estava o *Gazeta de Uberaba*, alinhado com as proposições políticas do governo de Minas Gerais, na gestão de Silviano Brandão (1889-1891) do outro lado, o *Lavoura e Comércio*, entrincheirado nos interesses das elites agrárias locais.

Em 1895, o jornal *Gazeta de Uberaba* se muda para o estado de São Paulo, mais especificamente para a cidade Ribeirão Preto. O periódico passou a ser intitulado *São Paulo e Minas* e foi publicado no estado vizinho até o ano de 1897, quando volta a ser editado na cidade mineira retomando seu nome original. É possível observar que desde sua criação o jornal esteve associado ao campo político conservador, seja no Império ou na Primeira República, em âmbito local ou nacional. Podemos observar que as notícias publicadas no período entre 1888 e 1894 tendiam ao sensacionalismo, principalmente quando se tratava da questão do trabalhador negro em Uberaba no pós-abolição, conforme analisaremos com maior profundidade no próximo capítulo.

Foram mais de 300 edições analisadas com o objetivo de entender como se davam as relações de trabalho no imediato pós-abolição e a relação dos ex-escravizados com a liberdade de escolher para quem, quando e onde trabalhar. Hebe Mattos e Ana Maria Rios (2004), apontam a liberdade que os cativos tiveram para escolher se iam ou não deixar as fazendas, levando em conta as condições de subsistência e possibilidades de constituição familiar, segundo as autoras:

Deixar ou não as fazendas onde conheceram o cativo foi uma decisão estratégica a ser tomada pelos últimos cativos após a abolição. O exercício da recém adquirida liberdade de movimentação teria que levar em conta as possibilidades de conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de liberdade dos últimos cativos, como as possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, de maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho e, de modo geral, sobre as condições dos contratos a serem obtidos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada) tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso

direto ao uso da terra. Estas condições, no imediato pós-abolição, apareceram como favoráveis aos libertos, em um momento de demanda por mão-de-obra e de fixação incipiente de normas de contrato de trabalho no campo. A ilusão historiográfica da marginalização e “anomia” dos libertos se fez, em grande parte, porque a maioria deles conseguiu, em poucos anos, recursos sociais suficientes para não mais ser atingida pelo estigma da escravidão, seja negociando condições de trabalho que privilegiavam a utilização do trabalho familiar nas antigas fazendas ou nas novas áreas de expansão – contra as pretensões de manter uma organização coletivizada do trabalho no eito dos últimos senhores –, ou ainda procurando situar-se como produtores independentes em áreas de subsistência. (RIOS, MATTOS, 2004, p. 179-180.)

No final do século XIX, como Pontes aponta, a maioria dos jornais publicados eram pequenas folhas, duravam no máximo um ano e acompanhavam as demandas políticas locais. Além destes periódicos, haviam os de grande circulação que eram confeccionados de acordo com os padrões exigidos na época. Nas grandes oficinas, ainda como aponta o memorialista, era comum a triagem dos grandes e dos pequenos jornais, que duravam no máximo três meses e já mudavam o formato e o nome.

O *Gazeta de Uberaba* foi o jornal mais longo naquele contexto de fins do século XIX comparado com os demais periódicos da época. O *Gazeta* foi o sucessor do jornal *O Beija Flor*, e era produzido na mesma tipografia do *Paranahyba*, periódico que teve seu nome alterado para *Echo do Sertão*, folha esta que tinha como bandeira o debate sobre a separação do Triângulo Mineiro e anexação desta ao Estado de São Paulo. O movimento foi ganhando vários adeptos e três jornais defendiam a ideia de separação: *Gazeta de Uberaba*, *O Tribuna* e *O Município*. A cidade de Araguari também aderiu à campanha, fundando o Partido Separatista. A partir da proporção que teve a campanha, o governo estadual atendeu várias reivindicações da região dentre as quais se destacam: abertura da primeira Agência Bancária (Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A); ampliação dos trilhos da Mogiana; construção da Ponte Afonso Pena (ligando o Triângulo Mineiro ao Sul de Goiás) e a volta do Batalhão de Polícia do Estado. Mediante as reivindicações atendidas, os separatistas deram-se por satisfeitos. Após algumas tiragens o *Paranahyba* mudou seu foco da luta separatista e passa a debates mais amplos.

É possível notar, nas páginas dos jornais e em especial nas páginas do *Gazeta de Uberaba*, que o poder público municipal e os impressos jornalísticos se esforçavam para conformar a cidade e seus habitantes. A construção de condutas, da paisagem e dos modos em espaços direcionados aos cidadãos vistos como civilizados eram mecanismos que

também serviam à imagem de engrandecimento da cidade, simbolizavam status. Buscava introduzir nos moradores condutas embasadas na moral, nos bons costumes, no respeito e na decência nos espaços públicos. As pessoas cujas condutas eram incoerentes a esses preceitos ficavam propensas à punição. No mais, o poder público municipal se empenhava na constituição de uma paisagem que representasse ordem.

Igualmente, havia nos jornais o interesse em impulsionar a encenação de uma vida urbana sofisticada em que os habitantes eram educados e os espaços faziam parte da vida social. O cidadão refinado e os comportamentos elegantes nos espaços de lazer e sociabilidade eram pensados como inerentes à urbe civilizada. Demonstrar-se polido no universo das relações sociais envolvia autocontrole da agressividade, das maneiras de se portar com o corpo, a linguagem e a própria sexualidade, pois a vida na cidade exigia mecanismos de distinção social cada vez mais sofisticados.

Por fim, é notável que o tema do pós-abolição cerca toda a sociedade uberabense, toda a discussão feita nestes últimos dois parágrafos serve para indagar: como os trabalhadores negros, em especial, os libertos de 13 de maio, participaram desse processo de “conformação” / civilização do período? Como tais agentes foram retratados nas páginas do *Gazeta de Uberaba* entre os anos 1888 e 1894 e como tudo isso pode conectar-se com a história do pós-abolição no oeste mineiro? É o que abordaremos no próximo capítulo.

Capítulo III

As relações de trabalho no pós abolição uberabense, século XIX.

Neste capítulo pretendo analisar as relações de trabalho na cidade de Uberaba no imediato pós abolição. Para tal, utilizo reportagens tiradas do jornal *Gazeta de Uberaba* mesclando as análises e a historiografia recente sobre o assunto: Maria Olívia Cunha, Flavio Gomes (2007), Florisvaldo Ribeiro Júnior (2007, 2009), Hebe Mattos (2015) e Iacy Mata (2007).

Os textos que serviram como suporte para a escrita deste TCC têm como base fundamental a cultura africana e afro brasileira e a diversidade cultural que está presente nas estruturas em que a sociedade brasileira foi construída. Vera Rodrigues (2010) aponta que o conceito de diversidade cultural é importante pois, são os vários aspectos que representam particularmente as diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território.

O *Gazeta de Uberaba* apresenta essas nuances, quando voltamos o nosso olhar para a questão do trabalho no pós abolição, a sociedade apoiada nas ideias dos articulistas e das elites agrárias, apontam e reclamam da falta de braços para a lavoura, porém onde se encontravam os libertos nessa equação? Eles não comiam? Nem vestiam? Onde eles estavam? Foram ignorados pela imprensa local? Em momento algum os libertos são citados pela elite agrária ou pelos responsáveis do jornal, como braços para resolver o

problema da lavoura. Se eles não eram braços para a lavoura, o que eles faziam se era essencialmente uma sociedade baseada na mão de obra rural durante todo o período escravista? Onde os libertos estavam depois do 13 de maio de 1888 se não tinham orientação para outro tipo de serviço, além da lida na lavoura e no serviço doméstico? Estas são as questões levantadas a partir da análise das edições do periódico, dando atenção não somente ao que dizem, mas sim, como dizem, buscando com isso fazer crítica interna e externa desse documento, ou seja, na interna deve-se analisar para quem escreve, por que escreve localizar seu público-alvo, verificar a organização estética desse periódico, seus editores e proprietários e como estes se relacionam com poder e suas instituições.

Os estudos sobre as relações de trabalho existentes no imediato pós-abolição, avançaram de forma significativa nas últimas décadas e, fazer um debate sobre essa nova historiografia torna-se essencial para a construção da análise das reportagens presente no jornal *Gazeta de Uberaba*. É importante ressaltar as contribuições teórico metodológicas das pesquisas sobre as relações do trabalho no pós-abolição. Flavio Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha (2007) trazem o debate sobre as experiências de liberdade proposta pelos vários autores presentes no livro e coloca em evidência as facetas diversas da distribuição desigual de poder numa sociedade pós-escravista. Ao focalizarem em casos envolvendo embates e desafios colocados pela ordem legal que concedeu a liberdade e a possibilidade de acesso à cidadania a uma massa de ex-escravos e "livres de cor", além de fazer uma reflexão sobre as interpretações dadas a essas experiências e seus impactos, numa discussão mais ampla sobre os modelos de cidadania e igualdade no Brasil durante a pós-emancipação. Sobre o assunto, os organizadores destacam que:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo. (CUNHA, GOMES, 2007, p.11.)

A escolha por autores como Flavio Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha (2007) Hebe Mattos (2004) e Florisvaldo Ribeiro Júnior (2007, 2009), se deu por estes tratarem

sobre os sujeitos históricos que foram excluídos pela história e pelas elites, nas suas diferentes condições sociais e de trabalho, mas também pela atenção aos demais grupos sociais, entre eles negros, libertos, trabalhadores ambulantes, vendedores etc. Bem como, o trato com a documentação, visto que as fontes utilizadas por estes autores permitiram identificar as experiências e formas elaboradas para estes sujeitos históricos inserirem-se no mercado de trabalho, assim como as relações estabelecidas entre esses grupos e seus padrões como também, com os poderes públicos. Os autores citados, em suas obras trataram sobre o contexto social no pós abolição, seja tratando sobre o trabalho, ou a história da sociedade no pós abolição.

No artigo “O pós abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, Rios e Mattos (2004) discutem as variáveis mais importantes nos processos de pós-abolição nas Américas, dando destaque as expectativas alimentadas pela última geração de escravos e suas atitudes nas primeiras décadas após o fim da escravidão. Procura inserir o caso brasileiro e sua especificidade e se detém na análise das atitudes dos libertos do sudeste no sentido de proteger a família, estabelecer uma "boa reputação", exercer o pátrio poder e valorizar aspectos importantes da cidadania. No artigo, as autoras utilizam diversas fontes, principalmente o registro civil, jornais e depoimentos de netos de escravos. Segundo as autoras, é importante ressaltar que:

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi bem mais estudado do ponto de vista econômico e político do que de uma perspectiva social ou cultural. Enquanto problema econômico, quase naturalmente tendeu-se a privilegiar a questão da substituição do trabalho nas áreas mais prósperas da cafeeira paulista e a substituição quase absoluta do escravo negro pelo imigrante europeu. (RIOS, MATTOS, 2004, p. 174)

O jornal *Gazeta de Uberaba*, como citado anteriormente, era um periódico de cunho conservador e transportava para as suas páginas o pensamento das elites agrárias locais, os seus leitores com um certo medo dos libertos e de como a Lei Áurea foi prejudicial as lavouras de café. Em algumas reportagens é possível notar que esse medo é introduzido na leitura de forma velada. A elite rural uberabense, fez-se bastante presente logo após a promulgação da Lei Áurea. Nota-se que esta elite agrária, que era composta pelos grandes proprietários rurais, os comerciantes locais e que tinha todo o seu poder

concentrado na posse de terras, se juntou para reclamar seus direitos após mais de 300 anos tirando os direitos de homens e mulheres negras. Em uma das passagens, é possível observar o clamor pela organização do trabalho agrícola na figura do Conselheiro Caminhoá, em uma das reuniões da Câmara Municipal, que trouxe a público como ficou prejudicado devido a Lei e que os abolicionistas deviam se juntar a esse clamor como forma de honrar a pátria, segundo a reportagem:

Senhores, minha presença aqui só se explica, a vista de minha incompetencia , pelo grande e urgente desejo que tenho de prestar um pequeno contingente afim de melhorar de algum modo as condições excepcionaes em que se acha a lavoura do meu paiz, relativamente a organização do trabalho e este desejo é muito justificavel, pois eu descendo de agricultores, e muitos parentes e amigos estremecidos dedicam-se a ester mister.

Além disto, julgo um dever imperioso dos abolicionistas colaborarem actualmente como o governo e ainda mais como os proprietarios rurais desalentados na séria emergencia da transição economica por que estão passado e considerada por estes como inesperada, apesar de ha muito ser pedida e esperada. Julgo, portanto, não dever nem poder abandonar o meu posto de honra, tendo sido um dos fundadores da primeira associação abolicionista da escravidão no Brazil, e creada ha mais de 34 annos na Bahia, que na memoravel phase do Imperador, “ era não só a Athenas, mas tambem a Esparta do Brazil”

Permitti me, pois, trazer uma pedra destinada ao grande templo do trabalho, porém permittime tambem dizer com toda a verdade o que penso a respeito do assumpto, pois é sobre a verdade que devem se basear todas as instituições.

Estão, felizmente, coroados os desejos de todos nós com a redempção dos captivos celebrada no templo da civilização christã ante o altar da Patria e entre flores e applausos, contra as espectativa dos agoueiros do mal, que tinham prognosticado uma tempestade aterradora, em que a nau do Estado naufragaria nos escolhos da bancarota e em um mar de sangue!

Dizem alguns que ainda é cedo demais para emittir-se juizo seguro acerca dos beneficios que de tal acontecimento provirão, mas o tempo mostrará si foi relamente opportuno o golpe mortal sobre a hydra da escravidão pelo modo porque foi dado. (*Gazeta de Uberaba*, 20 /09/1888, p.1.)

O medo da perda da lavoura fica visível na leitura do *Gazeta*, porém, como mostra Machado (1994, p.20-30) e Rios e Mattos (2004, p.178), esse medo vinha dos antigos proprietários de escravos e das grandes lavouras, pois os pequenos proprietários tinham

que trabalhar lado a lado com seus cativos, justamente por não terem um grande contingente. Os grandes proprietários, por outro lado, poderiam apenas ganhar lucros pelas mãos dos cativos, e o medo de perder a lavoura se tornava evidente.

A imprensa do Triângulo Mineiro, nos anos iniciais do século XX, subsequentes ao fim da escravidão, classificou o álcool, os jogos de azar e a prostituição como a tríade do mal (RIBEIRO JÚNIOR, 2007) colocando nesses três elementos um olhar pejorativo e um gasto de tempo que poderia ser convertido em trabalho e uma ameaça a moral e aos bons costumes. Se levamos em conta que já no final do século XIX, a sociedade era movida muito pelos lucros e pela obtenção dele, a ociosidade era considerada um pecado capital ao capitalismo.

Lourenço (2007) e Ribeiro Junior (2007, 2009) apontam que as relações de trabalho e as relações do trabalhador com seu tempo ocioso tornaram-se pontos centrais para discussão no pós-abolição. A sua vida particular e a sua jornada laboral parecem não se dissociar, sendo vista como uma estratégia de dominação do recém-liberto, pois essas duas dimensões precisam ser controladas para que ele produzisse mais e gerasse mais lucro. O trabalho, já naquela época, não poderia ser associado ao lúdico, pois o trabalhador é apenas mais uma ferramenta para os fins econômicos da sociedade, sem esquecer que durante o processo além de ser um instrumento econômico ele precisava estar alinhado aos preceitos morais da sociedade.

A ascensão da moral e dos bons costumes deu-se muito pela associação com o trabalho, que surge como um moderador dos vícios, do álcool e da prostituição. Segundo a imprensa local, tais maus comportamentos tendiam a se alastrar pelos sertões mineiros e, em Uberaba, não foi diferente. Em meados de 1888 o *Gazeta de Uberaba* tratou sobre a vagabundagem na reportagem. Apontaram como o abandono da lavoura se intensificou desde 13 de maio, quando os “homens válidos” que ansiavam pela liberdade se tornaram rebeldes e deixaram as fazendas e os empregos domésticos e se jogaram na vida vadia. Ainda propuseram não castigar os ociosos e sim obrigá-los a trabalhar:

Terrível quadra atravessa a lavoura no Brazil.
De toda parte noticias desoladoras: fazendas abandonadas, colheitas perdidas e insubordinação dos empregados nos trabalhos agricolas.
Perante esse espetaculo desanimador, intelligencias de primeira ordem preocupam-se com esmero da organização de leis, que obrigando ao trabalho a população valida e ociosa, reanimem nossa agricultura que,

incontestavelmente passa uma das epochas mais afflictivas de sua existencia.

Se em todos os paizes do globo ha vagabundos, indubitavelmente entre nós seu numero é relativamente superior ao de outra qualquer parte.

Tão certa é essa nossa asserção que o numero extraordinario de individuos ociosos causou sempre a admiração de viajantes illustres que têm visitado o nosso paiz.

Entre outros lembra-nos Echewege, Saint Hilaire e Burton, que puzeram ao vivo essa chaga de nossa terra, a vagabundagem.

Agora porém que a lei n 3353 de 13 de Maio extinguiu a escravidão, muito sensível se tornaram os effeitos da vagabundagem, em razão do numero de homens validos que se empregavam na lavoura e que, ambicionando uma liberdade sem limites, abandonaram o trabalho.

Hoje sentimos ao vivo as consequencias da vadiagem, porque centuplicou o numero de vagabundos.

Rebeldes ao trabalho, somente leis e regulamentos rigorosos, podem limitar a duração da critica epocha que atravessa a lavoura.

Nesse louvavel intento o illustre estadista Sr. Ferreira Viana, ministro da justiça, vem de apresentar ao parlamento nacional um projecto de lei tendo em vista a repressão da vagabundagem.

Entre as excellentes medidas tomadas no actual projecto de lei fazemos especial menção das seguintes, que se nos apresentaram a sua leitura:

Não castigar propriamente os ociosos, mas obrigar-os ao trabalho, chegando até remunerar esse trabalho obrigatorio, como se vê do art. 9 do projecto;

Separação dos ociosos menores de 17 annos dos maiores dessa idade. Ninguém ignora os inconvenientes de maiores e menores em estabelecimentos correccionaes.

Ainda não estando nos menores os vicios tão arraigados como nos maiores, estes vão ser os mestre de todos os vicios para os primeiros, que não se poderão furtar a lei do meio

Essa é até a causa porque diz-se que os estabelecimentos correccionaes em que ha aquella promiscuidade, são as academias dos vicios.

Preferencia as colonias agricolas para correcção dos menores vagabundos. Embora o que digam utopias acerca do desenvolvimento industrial do nosso paiz, incontestavelmente a agricultura é a base da prosperidade nacional. O emprego dos menores ociosos em colonias agricolas consulta pois uma palpitante necessidade do paiz, principalmente na epocha actual.

Creação de azylos para os invalidos, que não tiveram meios de subsistencia. Medida de reconhecida necessidade é essa; pois que dos escravos, que foram libertados pela lei, muitissimos se acham sem abrigo e physicamente impossibilitados de qualquer trabalho e é justo que o paiz ampare-os em sua invalidez. (*Gazeta de Uberaba*, 05/07/1888, p. 01.)

Havia uma necessidade por partes das elites do Triângulo Mineiro em controlar essas práticas que pareciam crescer com o desenvolvimento urbano. Essa necessidade de regulamentar e até talvez extinguir os jogos do meio social, do trabalho e das relações existentes nele, refletem o medo da imagem que o trabalhador nacional passa para os visitantes estrangeiros, como dito na reportagem as elites acreditavam que o número de

ociosos no país era maior do que qualquer outro lugar, então deu-se a necessidade de criar uma imagem do trabalhador nacional longe destes vícios.

Saindo do trabalho nas lavouras, mas ainda tratando sobre a questão do trabalho é possível identificar, após o 13 de maio, uma intensa preocupação de como ficaria o trabalho agrícola principalmente, pois a lavoura era o carro chefe da economia regional, mas não somente. O serviço doméstico também era uma preocupação constante. Anterior a lei, e digo isso pois minha análise começa em janeiro de 1888, a preocupação com o serviços de modo geral, e em especial, o serviço doméstico, não estão nas páginas do *Gazeta de Uberaba*. Porém, logo após a lei, questões como: Quem vai nos servir, ou como as leis e o império podem nos ajudar na regulamentação do serviço foram constantes.

No final do ano de 1888, uma reportagem traduziu a preocupação sobre a regulamentação do serviço doméstico. Segundo o periódico local, os serviçais abandonavam seus postos e aproveitaram a tão sonhada liberdade. Mas era muito mais do que isso. Com a lei Áurea os trabalhadores antes escravizados, obrigados a servir somente essa ou aquela família, agora poderiam escolher a quem servir, quanto ganhar e quantas horas trabalhar. Entretanto, o medo com que a sociedade via essa nova liberdade tornou-se mais frequente na imprensa.

Ainda não temos leis que regularisem as relações dos creados para com seus patrões, ainda está o serviço domestico em desorganização lastimavel entre nós.

Essa falta de leis regularisadoras desse serviço diariamente sente se por toda a parte.

O Novidades, excellente diario que se publica na capital do Imperio produziu nesse sentido considerações e que vem ferir precisamente a questão.

Cumprimos assim o dever de chamar para esse assumpto a atenção de nossos legisladores.

Bem sabemos que este estado de cousas é precario, é a marcha natural dos factos, cumpre entretanto, limitar o praso de duração desse estado de desordem, que sobreveio a humanitaria lei que aboliu a escravidão.

Esperamos que nesse sentido serão tomadas medidas promptas que restabelecem esse serviço por meio de leis que se baseem na justiça.

Em todos os paizes civilisados ha regulamentos para a organização do serviço domestico. Estatuem-se penas para os infractores das cláusulas acceitas e a policia correcional intervem sempre que se faz necessario.

Por esse methodo, o serviçal relapso rebelde ao contracto que assignou não fica impune a zombar dos patrões a quem enganou.

É digno de nota essa disposição das leis estrangeiras que por esse meio garantem a boa ordem na criadagem que necessariamente receia as consequencias dos proprios actos.

A infracção é punida na altura da falta commettida, e a obrigação de serviço previne a ociosidade e a vagabundagem.
Entre nós infelizmente está tudo ainda por fazer, nem mesmo existe uma pena policial para os creados que não cumprem as suas obrigações.
Tem plena liberdade de entrar e sahir, quando bem lhes apraz.
Nenhuma garantia para os patrões que frequentemente são victimas da sua boa fé.
Depois da lei de 13 de Maio esse facto accentua-se profundamente.
Já era crescido o numero de malandros que infestavam a cidade e agora com o poderosissimo contingente dos libertos esse numero elevou-se ao decuplo.
Não se pense que exageramos, as folhas das provincias são todas concordes em afirmar que é quasi geral entre os ex-escravos o abandono do trabalho.
Apenas de posse do titulo de livre que lhes foi conferido a 13 de Maio, os novos cidadãos de ambos os sexos, julgaram-se com pleno direito de nunca mais fazerem cousa alguma.
Os pretos enchem as tavernas, emquanto as ex-escravas correm para estes antros de prostituição onde impera a mais completa dissolução de costumes.
São frequentes as queixas das familias que não tem quem as sirva.
Quando por accaso apparece um ou outro creado, demora-se apenas o tempo sufficiente para commetter qualquer falta, contando com a completa impunidade de seu acto. (*Gazeta de Uberaba*, 20/09/1888, p.01.)

No que tange a mulher negra nas relações de trabalho, nos baseamos na obra de Sandra Lauderdale Graham (1992), que trata sobre a relação ambígua entre os patrões e as criadas, focalizando em mulheres negras e em todos os elementos que compõem as suas características sociais. Nesta obra a autora nos apresenta dois espaços e dois conceitos. Os espaços são a casa e a rua, em que podemos observar o quão distintos eles são e como pequenos elementos como as vestimentas das empregadas que estavam nas casas e das que estavam nas ruas, ressaltando a sutil hierarquia existente.

Os jornais dos finais do século XIX, além de tratar da questão do trabalho, tratavam também sobre o futuro econômico da nação. E para isso os jornais voltavam sua atenção para os jovens, em especial os jovens que eram filhos dos libertos, visto que os pais estavam “perdidos nos vícios” que formavam a tríade do mal. Para que esses jovens fossem amparados, as tutorias foram criadas. Com o intuito de instruir esses jovens para que além de serem grandes peças no trabalho, fossem cidadãos, exemplo para que não caíssem no vício do álcool e dos jogos de azar. A reportagem descrita abaixo vem da cidade de Bananal, na Província de São Paulo, e sua presença no *Gazeta*, pode ser

interpretada como um modelo para ser aplicado na cidade de Uberaba. Vale ressaltar que as quantias para a tutoria dos jovens variavam de acordo com a idade:

Diz a nova phase, do Bananal, que o juiz de orphãos, no intuito de acautelar os interesses dos filhos menores de mulher ex-escrva, que não tenham tutor, vai tratar de dal-os a soldada a pessoas serias e de reconhecida probidade, vigorando a tabella abaixo, que será recolhida annualmente ao cofre de orphãos, além do tratamento de alimentação, vestuario, medico, botica etc. A tabela é a seguinte: Os menos de 10 a 12 annos perceberão 12\$000; de 12 a 13 annos 20\$000; de 17 a 18 annos 30\$000; de 19 a 21 annos 50\$000 Seria de toda a conveniencia a tomada de medidas analogas a que acima fica exposta afim de não se conservarem esses menores por muito tempo na prejudicial estação de inacção (*Gazeta de Uberaba*, 05/06/1888, p.02.)

A Lei Áurea foi realmente o grande marco do trabalho no século XIX, porém segundo o *Gazeta de Uberaba*, este feito deixou várias lacunas nos cofres públicos do império, lacunas estas que serviram para amenizar a situação da lavoura, pelo menos é o que afirma as fontes do periódico, que faz questão de deixar bem claro que o custo da abolição ainda seria sentido por alguns anos após o “parto” abolicionista e que os brasileiros das próximas gerações seriam responsáveis pela retomada econômica do país:

A lei de 13 de Maio foi um verdadeiro parto, cujo resultado a todos os momentos esperado, era a força do patriotismo em acção: d’esse 1871, a lei Rio Branco encarregou-se de extirpar esse cancro, e d’esse 1831, ha mais de meio seculo se estudavam meios para o feliz dezideratum de hoje; só tratou-se de orçamentos , e de muitos incidentes de pouco aproveitamento para o estado; de bancos de emissão; e nada mais, e para isto tiveram sessão longos seis e meio mezes. Quanto custou a nação esses pequenos serviços? No dezanimo em que marcha o paiz só podermos ter esperanças na nova geração de verdadeiros patrioticos Brasileiros, que muito tem a fazer para combater imensos abuzos, que pezam sobre a nação. (*Gazeta de Uberaba*,17/01/1889)

O fim da escravidão iniciou de forma gradativa o apagamento do negro nas relações de trabalho na sociedade uberabense, e dentro desse novo regime o negro continua vendo sua cultura ser silenciada e a continuação das heranças do regime escravocrata. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, não alterou as relações de desigualdade racial e social do negro, como Schwarz (1993) aponta no seu livro “O espetáculo das raças”. Na segunda metade do século XIX, com o avanço das

lutas que promoveram o desgaste do sistema escravista até a abolição completa, a sociedade estava em um intenso embate de qual seria a substituta da mão de obra escrava, agora que os negros estavam libertos.

Em Uberaba o processo foi parecido com o da província de São Paulo. A expansão cafeeira do oeste paulista favoreceu a vinda dos imigrantes para Uberaba e isso trouxe uma nova dinâmica a economia local como apontam Souza (2009) e Oliveira (2008). Com o apogeu econômico e a chegada da ferrovia (1889) a cidade se destacou tanto quanto o estado paulista. Porém, o cenário encontrado pelo imigrante era bem parecido com o encontrado pelo escravizado, uma carga horária excessiva, más condições de trabalho e estadia, e um salário que não condizia com o serviço proposto. Mesmo nessas condições, muitas vezes precárias, a imprensa não deixava de exaltar as vantagens que os imigrantes trouxeram para a cidade de Uberaba. Por serem mais leais e organizados, quando comparados aos negros, sempre era encontrado uma notícia exaltando o trabalho imigrante e sistematicamente apagando as relações de trabalhadores livres da imprensa

De modo geral, os padrões da substituição do trabalhador nacional pelo trabalhador imigrante, encarregaram-se de excluir os libertos da cena histórica e das relações de trabalho. Diante do contingente de imigrantes chegados ao Brasil, gerou uma grande ausência de dados sobre trabalho e população dos negros libertos, e esse silenciamento corrobora para o silenciamento dos paradigmas do pós abolição, vida e trabalho negros.

Após o 13 de maio, o número de libertos que buscaram constituir família aumentou de forma considerável, como aponta o *Gazeta de Uberaba*, quando menciona o aumento do número de casamentos entre os libertos, após a emancipação. No Brasil, uma das primeiras autoras a se preocupar com a constituição da família foi Hebe Mattos em “Ao sul da história” (2009) voltando o seu olhar para o Rio de Janeiro, onde a autora encontrou durante sua trajetória de pesquisa, vários relatos de negros que eram proprietários de suas terras, mas que ainda tinham memórias do cativo. Em Uberaba, não foi diferente, e a imprensa uberabense noticiou o fato, dessa forma:

Domingo ultimo, 8, celebraram-se na igreja matriz 6 casamentos e foram apregoados 28, não haja engano, vinte e oito, quasi todos de libertos pela lei de 13 de Maio.

O treze de Maio, abriu porta larga aos casamentos; donde já concluem do Brazil crescerá este anno em escalla que deixe muito abaixo de si a dos annos anteriores. (*Gazeta de Uberaba*, 11/06/1888)

Deixar ou não as fazendas, foi uma decisão estratégica dos últimos cativos que conseguiram alcançar a liberdade. A decisão precisava ser pensada, pois o exercício da recém liberdade e as movimentações teriam que levar em conta as condições de sobrevivência fora das fazendas. A possibilidade da vida em família, moradia e produção doméstica e o maior controle do ritmo de trabalho, ficou palpável após a abolição.

A existência de núcleos familiares de cativos na cidade Uberaba, pode ser comprovada no trabalho de historiadores como Florisvaldo Ribeiro Junior (2001,p.141), e em outras obras que privilegiam a escravidão como foco central.

Ao examinarmos algumas fontes atinentes à história da cidade de Uberaba no século XIX, notamos que são fortes as evidências da existência de organização familiar entre os escravos ali residentes nesta cidade, representando um dos fatores importantes na elaboração e articulação de suas vidas como cativos, e, para além dessa condição, funcionando também como meio de construção de identidades entre os escravos e os libertos, fornecendo-lhes instrumentos de luta por uma vida melhor, calcadas em suas experiências no cativeiro.

A família escrava estava inserida em uma teia de relações estratégicas que possibilitaram a atuação cotidiana dos escravos, salientando sua importância para a organização da vida e da comunidade desses sujeitos. Dessa forma, busca-se também compreender como tal instituição se mostrou extremamente relevante para a conquista de múltiplas liberdades por inúmeros cativos, investigando como esta também uniu libertos em suas redes pelo parentesco ritual e o compadrio.

Em Uberaba, a imprensa local noticiava de forma massiva a falta de mão de obra nas lavouras após o 13 de maio, e a exaltação do imigrante em detrimento a imagem distorcida do negro. Para os libertos, como mostra a historiografia, a demanda de trabalho e as condições eram mais importantes que os salários, como ressalta Hebe Mattos e Ana Rios:

Estas condições, no imediato pós-abolição, apareceram como favoráveis aos libertos, em um momento de demanda por mão-de-obra e de fixação incipiente de normas de contrato de trabalho no campo. A ilusão historiográfica da marginalização e “anomia” dos libertos se fez, em grande parte, porque a maioria deles conseguiu, em poucos anos,

recursos sociais suficientes para não mais ser atingida pelo estigma da escravidão, seja negociando condições de trabalho que privilegiavam a utilização do trabalho familiar nas antigas fazendas ou nas novas áreas de expansão – contra as pretensões de manter uma organização coletivizada do trabalho no eito dos últimos senhores –, ou ainda procurando situar-se como produtores independentes em áreas de subsistência (RIOS, MATTOS, 2004, p.11.)

Na contramão da historiografia mais atual sobre o pós-abolição, a imprensa uberabense em 1888 buscava atingir a imagem do trabalho negro e exaltar o trabalho imigrante. Na tentativa de manchar a imagem dos libertos, divulgava e manipulava fatos que espalharam o medo da sensação de liberdade que foi proporcionada aos negros após o 13 de maio. A maioria das notícias, que foram analisadas no decorrer deste capítulo, têm relação com a falta de mão de obra na lavoura e com os supostos vícios a que os libertos se entregaram após a abolição. Mais do que isso, mostram também a fragilidade e a dependência da sociedade uberabense em relação a mão de obra negra. Em nenhum momento, o *Gazeta de Uberaba* apresenta em suas páginas as saídas que os libertos encontraram no pós-abolição.

Durante quase todo o ano de 1888, mais especificamente após o mês de maio, a única coisa que o periódico se propôs a fazer foi a degradação da imagem negra na sociedade uberabense, com as reportagens sobre a falta de braços da lavoura e os danos financeiros que a abolição causou na economia da cidade e do país. Porém, ao mesmo tempo que buscava esta degradação, é possível ver a falta que o trabalho escravo fez para a economia. É possível notar este impacto, quando na edição de 5 de dezembro de 1888, o jornal fez sua primeira menção ao trabalho livre em Uberaba. Foi possível identificar um aumento significativo do número de casamentos entre os libertos e em decorrência do aumento deste número, eles preferiam trabalhar em suas próprias lavouras, buscando o sustento para a família, desdobrando em um grande número de fazendeiros descontentes com tais dados. Segundo a reportagem:

Cada vez se tornaram mais numerosos os casamentos entre os ex-escravos. O numero delles attinge ha mais de 50. Preferem o trabalho em sua propria lavoura, e por isso os fazendeiros resentem-se da falta de braços. (*Gazeta de Uberaba*, 05/12/1888, p. 02.)

Tal reportagem reforça a dependência da sociedade uberabense escravocrata, que após a abolição, se viu sem saída e optou pela construção de um quadro que desse ao liberto uma má reputação perante a sociedade, em detrimento ao trabalho imigrante.

É impossível falar das relações de trabalho livre, sem citar o passado dos escravizados, que não foram tratados como seres humanos. A escravidão marcou profundamente a história do Brasil, foram mais de 300 anos de trabalho compulsório de africanos, indígenas e seus descendentes. O trabalho livre, que foi abordado neste capítulo, não difere das práticas que foram difundidas durante a escravidão. Pois o cerne da sociedade uberabense, se dividia entre a sociedade do trabalho escravo e a sociedade do trabalho livre. A antiga ordem escravista, mantinha-se em uma economia mercantil, no caso da cidade de Uberaba, mantinha-se nas relações de trabalho rural, em prol do trabalho escravo e a antiga ordem escravista se mantinha, como aponta Lourenço (2007).

Voltando às questões iniciais, onde se encontravam os libertos nessa equação? Eles não comiam? Nem vestiam? Onde eles estavam? Foram ignorados pela imprensa local? Que me propus a analisar seguindo as pistas que a fonte apresentava, não foi possível responder a todas elas, pois existe uma série de fatores que não possibilitaram chegar ao cerne das repostas procuradas. O apagamento recorrente da história negra no pós abolição, e mais especificamente o apagamento dos negros na imprensa uberabense dificultou extremamente a busca das respostas, visto que o *Gazeta de Uberaba* só mencionou uma vez como os negros viviam após a abolição.

Este silêncio fala tanto quanto uma enxurrada de notícias, que poderiam ou não sair sobre os negros após o 13 de maio. O apagamento sistêmico da atividade negra na sociedade uberabense, e retomando mais uma vez a exaltação do trabalho imigrante, talvez seja uma forma de direcionamento e controle social, visto que durante a minha pesquisa pude notar que não havia interesse por parte da elite local em buscar respostas para as perguntas que ainda parecem não ter se resolvido. Contudo, temos que levar em consideração que a sociedade oitocentista era baseada nas relações de trabalho escravas e estava cheia de (pre) conceitos com toda a luta, cultura e história da comunidade negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho consideramos a importância do debate sobre os rumos que as relações de trabalho na cidade de Uberaba tomaram após a emancipação, principalmente no que tange aos negros libertos em 13 de maio de 1888. A Proclamação da República em 1889 não conseguiu introduzir na sociedade brasileira de forma universal o trabalhador negro como cidadão. Entretanto, na segunda metade do século XIX, as condições para que a cidadania ocorresse estava presente, tal como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais (NASCIMENTO, 2016). No que tange o trabalhador negro estava ancorada na figura da Lei Áurea.

Com o fim do império e a instauração de da república, como aponta Ribeiro Junior (2009), a carência por cidadãos trabalhadores se tornou evidente, e a sua ausência ameaçava o futuro da pátria. No entanto, a política autoritária e excludente das classe dominantes, deixava um gosto de continuidade nas políticas sociais não existindo uma ruptura imediata logo após o novo período político da nação brasileira. A continuidade do Império na nascente República, pode ser notado durante o início do século XX.

Na dimensão da política, as representações de civilização e progresso estavam expressas nas atas da Câmara Municipal, e na imprensa. Nas atas a Proclamação da República foi alvo da atenção do presidente do estado, o cargo dado a autoridade de maior poder nos primeiro anos da República, de Minas Gerais que, ao emitir escritos comunicando o ocorrido, anunciava o incentivo de adesão do município ao progresso do país. Na imprensa também se abordava fatos especificamente políticos. Escrevia-se sobre as decisões e tensões, por exemplo, referentes aos processos eleitorais, em âmbito nacional e municipal, associando-os aos conceitos de progresso e civilização.

A 15 do corrente do corrente foi declarada e proclamada na Capital do Brasil a República Federativa Brasileira. Reconhecendo a Câmara o Governo Provisorio Republicanos, como consta na ata da sessão de hoje. Pede aos seus concidadãos a maior circunsção em todos os seus atos e toda obediência as autoridades hoje legalmente constituídas. Posto em discussão foi unanimemente aprovado mandando-se fazer

comunicações ao Governos Provisorios já referidos (*Atas da Camara Municipal de Uberaba*, 20/11/1889, Livro 3. p.46-47)

Diante de todo o processo de modernização da cidade de Uberaba, deixando de lado velhos conceitos como por exemplo o estigma do cativo e me parece muito que a questão da inserção dos trabalhadores libertos na sociedade foi gradativamente sendo apagada da imprensa uberabense.

A análise dos anos subsequentes a 1888 no *Gazeta de Uberaba* não aponta um desfecho para a questão do trabalho dos libertos. Digo isso pois, há somente uma menção no dia 05 de dezembro de 1888, sobre os caminhos tomados, na questão do trabalho, pelos libertos no pós abolição. A menção direta ao trabalho comentada acima, no capítulo 3, ainda sim só explora os libertos que decidiram constituir família. E os onde estavam os outros libertos? Só deixaram de existir após a promulgação da lei?

As menções sobre o trabalho nas páginas do *Gazeta* consistem na promoção do trabalho imigrante na cidade de Uberaba. Mesmo antes da abolição, a promoção do trabalho imigrante já era realizada na cidade. A imprensa, quando analisamos de forma criteriosa, parecia ter começado em suas páginas a campanha de exaltação ao imigrante europeu branco, em detrimento do trabalhado negro e liberto local.

De ha muito tem-se originado uma pequena corrente de immigração italiana para esta cidade.

Existem actualmente immigrados d'aquela nacionalidade cerca de 100.

Embora seja esse numero redusido, comparado com o algarismo da população desta cidade, comtudo muito tem contribuido para o seu estado actual de prosperidade.

Cabe-lhes a gloria da prioridade de iniciativa de muitas das industrias que se acham estabelecidas entre nos e contribuem para o nosso movimento commercial.

Cidadãos laboriosos, os membros da nossa colonia italiana tem fundado nesta cidade as duas fabricas de cerveja que hoje possuimos officinas de artesanato, caldeiro, ferreiro armeiro e outras inquestionavelmente esta cidade lhes deve uma parte do seu actual movimento.

Se desta primeira, experiencia podemos, sem receio de errar, guiarnos em nossos calculos, certamente a vinda de immigrantes italianos para esta didade ser-lhe-ha de incontestavel vantagem. (*Gazeta de Uberaba*, 05/05/1888.p.1.)

Após a lei, a campanha de apagamento só ficou mais evidente quando, por várias vezes, as menções sobre a lavoura vinham acompanhadas da Lei Áurea e como ela tinha alterado os caminhos da lavoura e por conseguinte os caminhos do trabalho. Além da lavoura, o serviço doméstico também, segundo o *Gazeta de Uberaba* foi alterado após a emancipação negra, essa alteração tinha sido consolidada após a liberdade dada, aos libertos de escolher onde, como e quando trabalhar. As notícias sobre o serviço doméstico no periódico perduraram até o ano final desta análise em 1894:

Ha muito convencemo-nos da necessidade que ha de intervirem os poderes competentes na questão do serviço domestico de modo a melhorarem-se as condições da nossa população.

As dificuldades que encontram as familias para a aquisição de pessoal idoneo e moralizado são bastante conhecidas e urge resolver essa magna questão em bem do publico.

O mal agrava-se e argumenta todos os dias o máu estado da população que não encontra para o serviço domestico sinão individuos viciados, verdadeiro perigo no seio da familias.

Esses individuos, devido a excessiva liberdade de que gosam, procedem como entendem, acceitam hoje um encargo e da mesma forma o abandonam amanhã, convencidos de que a impunidade cobrirá suas faltas, ainda mesma que estas incidam em criminalidade expressa em lei.

Com relação a este importante assumpto fazemos nossa, com a devida venia, as seguintes considerações expendidas pelo Jornal da Tarde:

‘ As mais das vezes as irregularidades, de facto, por elles commettidas não poder ser capituladas de crimes puniveis; esta circumstancia, porém, não lhes tira a grande gravidade que revestem, attendendo-se aos encommodos, os vexames, as atribulações que infligem as pessoas que dellas são victimas.

E é por isso, é reconhecendo essa defficiencia, que de muito tempo se pede a regulamentação do serviço doméstico, estatuindo o modus vivenái entre o creado e o patrão.

Os sentimentalistas dos direitos das classes desprotegidas, sempre que se trata de regularisar o serviço domestico, não se fazem esperar em vir dizer-nos que regulamentar tal serviço é attentar contra a liberdade de industrias!

Qual, porém, a industria seria que esse regulamento deixaria ameaçada em sua livre acção?

A dos creados de servir?

Mas é intuitivo que a seriedade do poder constituído que levasse a termo a obra meritoria e urgentissima da regulamentação do serviço domestico consagraria no seu trabalho o direito do criado, daria a ambos as garantias que hoje absolutamente lhes faltam, sendo prejudicados unicamente pelo regulamento o máu patrão e o criado malandro, vicioso, perverso, refractario ao cumprimento de deveres.

Compenstrassem-se os poderes publicos da responsabilidade que assumem deixando insolúvel esta questão, tão grave quão facil de ser

resolvida, e veriam a inconsistência irrisória da argumentação desses que acham que a intervenção da auctoridade no assumpto é um attentado contra a liberdade de industrias!

A verdade é que cada vez mais intolerável se torna a situação da capital em relação ao serviço doméstico.

E, com franqueza, deixar de promover com remédio um mal que affecta a parte sã da sociedade, para não ir perturbar a tranquilidade do cortiço, antro em que os mais feios vícios florescem e a ociosidade mais degradante arregimenta-se, com franqueza, isto é que é um attentado contra a liberdade do cidadão, que confiou a defesa de seus direitos, aos poderes dirigentes.” (*Gazeta de Uberaba*, 21/04/1890. p.1.)

É necessário ressaltar que a pesquisa se limita até o ano de 1894, pois o *Gazeta de Uberaba*, permanece em Uberaba até o ano de 1895, pois o então proprietário do jornal, Tobias Antônio Rosa, mudou-se para o município de Ribeirão Preto, levando consigo o jornal, que passou a ser intitulado *São Paulo e Minas*.

“A empresa da *Gazeta* [grifo da fonte] deixa, pois o ninho primeiro e ergue de novo suas tendas na futura cidade de Ribeirão Preto. No coração traz a pátria, Minas; mas do seu espírito se apossa inteiramente a admiração pelo assombroso progresso do Estado de S. Paulo, cujo ardor democrático, cuja intuição na via áurea do engrandecimento, que vai abrindo, é hoje o fanal e o incentivo da pátria inteira. (*São Paulo e Minas*, 14/04/1895. p.1.)

Uberaba, a cidade que durante boa parte do século XIX abrangeu grande parte do território do Triângulo Mineiro, um entreposto comercial entre as províncias de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, utilizou amplamente a mão de obra escrava e por esta razão é um importante campo para as pesquisas que se propõem a analisar as relações de trabalho existentes. A pretensão desta monografia é fornecer os subsídios necessários para que uma pesquisa mais aprofundada das relações de trabalho no pós-abolição na principal cidade do oeste mineiro possa ser contada e analisada. Fazendo paralelo com os que estiveram antes de mim, esta pesquisa pretendeu abrir o vasto sertão ainda pouco explorado, das relações de trabalho no pós-abolição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASILE, Marcello. Regência e imprensa: percursos historiográficos. **Almanack**, Guarulhos, n. 20, p.1-9, dez. 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, 2009.p.13-47.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

DICIONÁRIO do Brasil Imperial: 1822-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, n. 23, p. 118-139, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006, p. 64-155.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro : 1860-1910**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC, n. 1, p. 5-27, 1988.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, p. 25-38, fev.1998.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Das Fronteiras do Império ao Coração da República**: o Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX. Tese Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2.ed.São Paulo : Contexto, 2008. p. 111-153.

MACHADO, Maria Helena Toledo de. O Plano e o Pânico – os movimentos sociais da década da abolição. São Paulo: EDUSP, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

MATA, Iacy Maia. Libertos de treze de maio e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Afro-Ásia**, n. 35, p. 163-198, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravagista - Brasil, Século XIX. 3. ed. rev. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2015.

NASCIMENTO, Álvaro P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

PARÉS, Luis Nicolau. Escravidão, pós-abolição e a política da memória. **Afro-Ásia**, 49 (2014), 353-364, 2014.

PIRES, Iracy Barbosa. **A construção de uma identidade**: representações do negro no livro didático de história de 1930 a 2005. Dissertação Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em História Cultural, 2009.

PONTES, Hildebrando. **A imprensa em Uberaba**. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Uberaba/MG, 2019. E-book. Disponível em http://app.codiub.com.br/drive_root/arquivopublico/Imprensa%20em%20Uberaba%20Hildebrando/Imprensa%20em%20Uberaba_Hildebrando.html Acessado em 03/01/2022.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 32, p. 307-328, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, São Paulo, nº46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

REIS, José Carlos. Anos 1850 - Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. In: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. v. 1. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p.23-50.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. A fabricação da liberdade: alforrias e abolição da escravidão no Triângulo Mineiro, 1821 – 1888. **História & Perspectivas**. Uberlândia (36-37): 281-309, jan.dez.2007.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. Dimensões da Liberdade: Borges Sampaio e os escravos na cidade de Uberaba, 1836/1888. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 71-86, 2005.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. TRÍADE DO MAL: civilização dos fracos no mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 39, p. 179-208, jul./dez. 2009.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

RODRIGUES, Vera. Diversidade cultura e a população negra no Brasil. In: **Boletín de Antropología Universidad de Antioquia**, Vol. 24 N° 41. pp. 96-114, 2010.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2º semestre de 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução: o espetáculo da miscigenação. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.11-22.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira; LATERZA, Betânia; SOUZA, Sauloéber Társo de (org.). **Memórias, histórias e crônicas tijucanas: publicações póstumas de Hélio Benício de Paiva**. Uberlândia: EDUFU, 2018.

SOUZA, Júlio César de. Uberaba: Relações Escravas na Cidade Primaz (1871-1888). **Revista Triângulo: Ens. Pesq. Ext. Uberaba – MG**, v. 2, n. 02, p. 125-137, jul./dez. 2009.

TANNENBAUM, Frank. **Slave and citizen: the negro in the American**. New York, NY: Vintage Books, 1963.

